



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE ARTES
DEPARTAMENTO DE MÚSICA

Daniel Ferraz Paulino

**EDUCAÇÃO MUSICAL ESPECIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA
EM PUBLICAÇÕES DA ABEM (2014-2018)**

Brasília

2019

Daniel Ferraz Paulino

**EDUCAÇÃO MUSICAL ESPECIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA
EM PUBLICAÇÕES DA ABEM (2014-2018)**

Monografia de Conclusão de Curso para a obtenção do título de Licenciado em Música submetida à Universidade de Brasília, curso de Licenciatura em Música – Diurno.

Orientador(a): Maria Cristina de Carvalho Cascelli de Azevedo

Brasília

2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fe Ferraz Paulino, Daniel
Educação Musical Especial: uma revisão de literatura em
publicações da ABEM (2014-2018) / Daniel Ferraz Paulino;
orientador MARIA CRISTINA DE CARVALHO DE AZEVEDO. --
Brasília, 2019.
65 p.

Monografia (Graduação - Licenciatura em Música) --
Universidade de Brasília, 2019.

1. Educação Musical Especial. 2. Ensino Especial. 3.
Estado do Conhecimento. I. DE AZEVEDO, MARIA CRISTINA DE
CARVALHO, orient. II. Título.



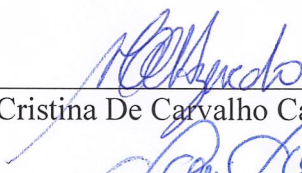
ATA DE DEFESA DE TCC

Daniel Ferraz Paulino

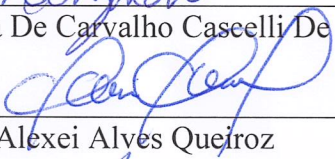
"EDUCAÇÃO MUSICAL ESPECIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA EM
PUBLICAÇÕES DA ABEM (2014 - 2018)"

Trabalho de Conclusão de Curso defendido no Departamento de Música, Instituto de Artes, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Música, sob a orientação do Professor(a) Maria Cristina De Carvalho Cascelli De Azevedo, segundo o Ato 47/2019, que nomeou banca de avaliação.

Brasília, 19 de setembro de 2019.



Maria Cristina De Carvalho Cascelli De Azevedo



Alexei Alves Queiroz



Alciomar Oliveira dos Santos

À minha mãe.

AGRADECIMENTOS

À Deus que é tudo em minha vida;

À meus pais em memória;

À minha esposa Ivanira;

À meus filhos Raissa e Thiago;

À toda minha família (Irmãs e Irmão).

À Débora Souza Galiego que foi uma inspiração;

Aos professores Dr. Alciomar Santos e Ms. Alexei Alves de Queiroz que concordaram em participar desta banca, pela disponibilidade para ler este trabalho e pelos comentários que o enriqueceram.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Maria Cristina de Carvalho Cascelli de Azevedo pela generosidade, colaboração, paciência e o envolvimento com a pesquisa. Sou extremamente honrado pela sua amizade.

Há homens que lutam por um dia e são bons; há outros que lutam por um ano e são melhores; há outros, ainda que lutam por muitos anos e são muito bons; há, porém, os que lutam por toda a vida, estes são os imprescindíveis.

(Bertold Brecht)

RESUMO

Este estudo objetivou mapear e descrever como a Educação Musical Especial vêm sendo apresentada e discutida nas publicações da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) de 2014 a 2018, especialmente na Revista da ABEM e Anais dos Congressos Nacionais 2015 e 2017. Identificar as temáticas e as deficiências relatadas nos trabalhos investigados são os objetivos específicos. Para tanto, foi utilizado como método para geração de dados a pesquisa bibliográfica do tipo Estudo do Conhecimento baseado na pesquisa de Fantini, Joly e Rose (2016) do tipo Estado da Arte que contemplou 30 anos de publicações brasileiras até 2014. Neste estudo, observa-se que os congressos da ABEM são o principal meio científico utilizado no Brasil para disseminação do conhecimento prático e teórico na área de Educação Musical Especial. A partir deste estudo, pode-se dizer que a aula de música contribui para/na formação dos alunos especiais: os trabalhos apontam para a importância da música na interação dos alunos e no domínio da linguagem. A área ainda é nova e os alunos deficientes apresentam muitas particularidades que precisam ser investigadas. Contudo, os estudos comprovam que a música tem um papel relevante na inclusão desses alunos.

Palavras-chave: Educação Musical Especial. Ensino Especial. Estado do conhecimento.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Quantidade de trabalhos por palavra-chave Revista da ABEM.....	30
Gráfico 2 - Quantidade de trabalhos por palavra-chave Anais do Congresso da ABEM 2015 e 2017.....	31
Quadro 1 - Relação de Trabalhos da Revista da ABEM por ano, observando as palavras educação musical especial	33
Quadro 2 - Relação de Trabalhos da Revista da ABEM por ano, observando as palavras; educação especial e música.....	33
Quadro 3 - Relação de Trabalhos dos Anais dos Encontros Nacionais da ABEM por ano, observando as palavras educação musical especial; educação especial	34
Quadro 4 - Relação de Trabalhos dos Anais dos Encontros Nacionais da ABEM por ano, observando as palavras educação musical especial; educação especial	35
Quadro 5 - Relação de trabalhos por temáticas.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade dos trabalhos Selecionados	32
Tabela 2 - Público Alvo: deficiências abordadas nos trabalhos.....	37

SUMÁRIO

PREFÁCIO: SER PROFESSOR DE MÚSICA NO ENSINO ESPECIAL:AS EXPERIÊNCIAS NO ESTÁGIO	12
1 A EXPERIÊNCIA NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DOS EXCEPCIONAIS - (APAE).....	12
2 A EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 01 DO GUARÁ - CEE 01	13
3 A EXPERIÊNCIA NA SALA ESPECIAL CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL - GINÁSIO DA ASA NORTE (CEF-GAN)	15
1 INTRODUÇÃO	17
1.1 OBJETIVO GERAL	18
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
1.3 JUSTIFICATIVA	19
1.4 ESTRUTURA	19
2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	21
3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: O ESTADO DO CONHECIMENTO COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	25
3.1 PROCEDIMENTOS DE BUSCA E SELEÇÃO DOS DOCUMENTOS	27
3.2 LEITURA E ANÁLISE DOS TRABALHOS	28
4 A EDUCAÇÃO MUSICAL ESPECIAL NOS TRABALHOS DA ABEM (Revista e Anais): APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	29
4.1 PANORAMA GERAL DO LEVANTAMENTO	29
4.2 PÚBLICO -ALVO	37
4.3 AS TEMÁTICAS	38
4.3.1 Conhecimentos sobre/dos alunos	43
4.3.2 Conhecimentos sobre/dos professores e formação de professores.....	45
4.3.3 Processos de ensino/aprendizagem	47
4.3.4 Recursos na educação musical especial.....	48
4.3.5 Processos inclusivos.....	48

4.3.6 Programas de ensino/projetos	52
4.3.7 Métodos de ensino/teorias	53
4.3.8 Instrumentos de avaliação musical	54
4.3.9 Revisão/resenhas	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61

PREFÁCIO: SER PROFESSOR DE MÚSICA NO ENSINO ESPECIAL: AS EXPERIÊNCIAS NO ESTÁGIO

Início esta monografia com um relato da minha experiência como estagiário na Educação Especial. Durante a minha formação de professor de música tive a oportunidade de estagiar na Associação de Amigos e Pais dos Excepcionais - APAE, CEE do |Guará 01 e CEF (Centro de Ensino Fundamental) GAN (Ginásio da Asa Norte).

1 A EXPERIÊNCIA NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DOS EXCEPCIONAIS - (APAE)

Na disciplina Projeto de Estágio e Prática Docente tive a oportunidade de observar e colaborar como professor de música e instrumentista no ensino e aprendizagem musical na Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais - (APAE), com o professor Flávio Gaio.

O professor ministrava aulas individuais e coletivas de percussão utilizando de um método didático musical criado por ele. Neste contexto, se destacou a minha experiência com a *Banda Baião de Dois*, grupo musical de alunos da APAE com deficiência intelectual e outras necessidades especiais. Eu observei que havia uma grande dedicação e seriedade com que esses alunos encararam o desafio de formação da banda: o professor no teclado, eu no trombone, um aluno era o cantor e o restante dos alunos na percussão e a professora e cantora Kaká de Arte/Cênicas que auxiliava a banda.

O repertório musical era composto por canções de Luiz Gonzaga, o “Rei do Baião”. No início, eu pensava: como esses alunos iriam dar conta do repertório! Mas com o passar do tempo, passei a ver o quanto eu estava aprendendo com aqueles alunos. Foram dias de grande aprendizado. Nos ensaios, muitos desafios: o repertório não era comum para o trombone e eu tive que aprender novas músicas; não havia partituras prontas para trombone, tive que me adaptar para banda. É interessante destacar que na *Banda Baião de Dois*, os alunos fazem um revezamento de instrumentos de percussão entre eles e todos são conscientes do ritmo e do andamento, mesmo quando mudam de instrumento. Quando eu começava a tocar, alguns alunos ficavam admirados com o trombone. Um deles me chamou atenção porque ele parava de tocar seu instrumento e ficava me olhando admirado. Ele ficava curioso sobre como saia som do trombone e como, no meio de todos aqueles instrumentos, eu não precisava de microfone para o som ser ouvido. No ensaio seguinte fiz uma breve apresentação do trombone e sua origem a pedido do professor. Esse momento, foi um dos primeiros que me alertou sobre **o que, como e por que** ensinar música para esse público.

Concluindo, nessa primeira experiência de prática docente o meu aprendizado foi bastante proveitoso, como troca de experiência. Durante todo semestre de estágio, várias perguntas surgiram, tanto em relação aos procedimentos com os alunos quanto sobre como agir diante deles. Meu instrumento chamava a atenção dos alunos, mas eles chamavam a minha atenção e desafiaram meus preconceitos: quando eles tocavam, para minha surpresa, em pleno ensaio, tinha coreografia, interação e conhecimento musical. Inicialmente, eu achava que eles eram limitados a fazer só o ritmo, que não era tão simples, mas os alunos se divertiam durante as aulas e se sentiam instrumentistas e músicos. O propósito da aula para eles era terapêutico, uma terapia ocupacional e nesse sentido, funcionava, indo além desse simples objetivo.

A questão de quebra de preconceito foi um dos pontos que me fez refletir, pois não tinha tido experiência como esta anteriormente. Eu fiquei admirado com a capacidade musical dos alunos e observei a importância da experiência direta com a música, “tocar um instrumento”. O fato de tocar na festa junina foi um desafio porque o trombone não é um instrumento específico desse tipo de festa.

2 A EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 01 DO GUARÁ - CEE 01

No semestre seguinte do curso de Licenciatura em Música, eu e um colega estagiamos no Centro de Ensino Especial 01 do Guará - CEE 01. Neste, as atividades musicais no Estágio Supervisionado em Música foram desenvolvidas na atividade denominada musicalidade com seis turmas de alunos com deficiência identificados como: Deficiência Múltipla (DMU); Deficiência Intelectual (DI) e Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD). A aula de “musicalidade” na escola é caracterizada como uma atividade musical de estímulo sensorio motor e auditivo.

Apesar do esforço da escola para trabalhar com música e seus benefícios para os alunos especiais, a sala de aula não era apropriada: destaca-se o fato da sala ser aberta, situada no centro do pátio da escola, com aspecto improvisado e sem isolamento acústico (estava exposta ao barulho das pessoas que passavam pelo local). O material musical usado pela professora de “Musicalidade”, Valeria, era constituído por alguns brinquedos que imitavam instrumento musicais, ou seja, não havia instrumentos musicais disponíveis, por isso levávamos nossos próprios instrumentos e aparelhos de mídia para desenvolver uma aula de música.

As turmas de alunos atendidas na Musicalidade eram organizadas conforme as deficiências identificadas em cada aluno (Deficiência Múltipla - DMU; Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD; Síndrome de Down e Deficiência Intelectual - DI). Os alunos eram diferentes, possuíam suas próprias particularidades e necessidades, contudo eles dividiam o mesmo espaço quando tinham em comum o mesmo diagnóstico. No caso dos alunos TGD, cada um era atendido separadamente, pois eles têm dificuldade de socialização e não interagem com outras crianças. Alguns deles reagiam de maneira imprevisível, porém outros conseguiam ser mais sociáveis e a comunicação fluía.

Segundo a orientação da professora Valéria, as aulas precisavam adotar uma rotina: busca dos alunos, acolhimento com música de chegada; atividades musicais; música de despedida. Durante as atividades, percebemos uma boa receptividade dos alunos, principalmente, pela resposta corporal uma vez que grande parte deles não tinha domínio da linguagem. Eles batiam palmas, balbuciavam, cantarolavam e reconheciam, instantaneamente, cada música que era apresentada, mesmo quando a mesma música era repetida com modificações na pulsação para estimular a percepção de variação de andamento e estimular a movimentação corporal de acordo com a pulsação utilizada.

Em um dos encontros, procuramos apresentar outros instrumentos musicais. Isto porque, como já dito, a escola tinha somente alguns chocalhos, pandeiros, flautas e pequenos violões, todos de brinquedo. Na apresentação de um xilofone, por exemplo, a reação foi bem distinta entre os alunos: alguns interagiram com o instrumento e outros o ignoraram.

Com o passar das aulas, começamos a trabalhar um novo repertório de canções usando apenas o violão. Nessa experiência, encontramos autonomia para trabalhar com vários ritmos e estilos musicais. Percebemos que diversificar estilos musicais - reggae, baião, samba, capoeira, rock - nas mesmas músicas já conhecidas, outrora cantadas na forma original, surtia um efeito mais interessante. Essa diversidade apresentou resultados positivos embora, uma única vez, um aluno DMU manifestou uma reação extrema com a audição de uma música nova: começou chorar.

Ao final, o estágio foi muito importante para o meu aprendizado docente, ainda que eu o tenha concluído com muitas dúvidas: me senti impotente diante de muitas situações, mas aprendi muito com a professora Valéria e com o Marcelino meu parceiro de estágio: a questão da rotina; a importância do estímulo sensorio-motor; as canções familiares e a variação de andamentos e ritmos; a exploração sonora; a interação social. A ida ao CEE do Guará 1 era apenas um dia na semana, mas a cada aula planejada, nas reflexões surgiam

dúvidas que iam aumentando: como seria uma aula de música prática para esse público de alunos? Como planejar? Que conteúdo? Como avaliar os resultados?

3 A EXPERIÊNCIA NA SALA ESPECIAL CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL - GINÁSIO DA ASA NORTE (CEF-GAN)

Por fim, no Estágio Supervisionado em Música 2 acompanhei e atuei na Sala Especial do Ginásio da Asa Norte - GAN. O estágio foi realizado no primeiro semestre de 2018 no Centro de Ensino Fundamental - Ginásio da Asa Norte (CEF-GAN) em aula de música com alunos autistas. Essas aulas fazem parte de um projeto criado pelo professor Erik Aníbal Peixoto de Souza, graduado em pedagogia com formação musical em percussão e bateria.

O programa de música para alunos com Transtorno de Espectro Autista - TEA tem como objetivo incluir alunos com essa deficiência no ensino regular. Adota conceitos sobre inclusão buscando caminhos para que ela aconteça no âmbito escolar e social, tendo a música e seu ensino como uma das ferramentas para a inclusão social desses estudantes no ensino regular. Por isso a proposta da aula de música no CEF GAN para alunos com TEA tem como objetivo promover uma socialização entre eles e os demais estudantes da escola. Atualmente, tem sido esse o maior desafio como estagiário de música: atuar em uma escola pública em que a aula de música é ministrada por professores que têm conhecimento musical, mas não têm formação pedagógico-musical.

No CEF-GAN, a aula música na educação especial tem, portanto, apenas finalidade extramusical e visa promover a interação social dos alunos com TEA; proporcionar a inclusão desses alunos no ensino regular; motivá-los diante de sua dificuldade de interação e propiciar a valorização da sua autoestima diante dos obstáculos decorrentes de suas deficiências. É importante que essas atividades não se tornem apenas um passatempo ou uma complementação de carga horária, mas possam fazer a diferença na sua vida e se tornem qualidade de vida. Entendo que as aulas de música devem apresentar características que estimulem o desenvolvimento dos alunos.

O estágio no GAN foi diferenciado das duas últimas experiências vividas nas escolas anteriores: foi mais um desafio na experiência docente em Educação Especial. Nesta experiência as características eram diferentes: a sala era pequena para dois professores, uma educadora e três alunos. Nessa sala, o professor Erik atendia também alunos do ensino regular para aulas de violão na hora do recreio. O interessante é que um dos alunos autistas era o monitor que ajudava nas aulas de violão.

Durante o estágio foram muitos desafios a vencer: os alunos autistas eram bastante diferentes, eles tinham dificuldades diferenciadas, então meu planejamento teve que ser mudado após a primeira aula e a entrevista com os professores e alunos. O plano de aula tinha que abranger todos os alunos porque as aulas eram inclusivas, mas o professor que trabalha em uma Classe Especial tem que se adaptar à sua realidade e aprende com cada aluno. Cada um que chega na sala é um caso, não tem como mobilizar experiências anteriores, é muito imprevisível, cada dia um aluno diferente. Sobre o que funcionou, pode-se dizer que nada que eu tinha planejado inicialmente, mas com as adaptações realizadas a partir dos erros identificados e corrigidos, as aulas foram melhorando a cada encontro. Nas aulas foram realizadas adaptações de conteúdos de música, de português e de matemática. Essas aulas atendiam o planejamento do professor e as necessidades e interesses dos alunos. A partir dessa experiência pude compreender a especificidade do aluno autista e a necessidade de melhor conhecer esse transtorno para desenvolver atividades musicais.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo a Educação Musical Especial, especialmente, as práticas pedagógico-musicais voltadas para essa área. Meu interesse pelo tema teve início nas minhas experiências como aluno do curso de Licenciatura em Música na Universidade de Brasília nas disciplinas de Projeto de Estágio e Prática Docente e de Estágio Supervisionado em Música 1, 2 e 3¹ quando acompanhei aulas no ensino especial em escolas do tipo conveniadas, de ensino especial e de ensino regular com orientação inclusiva². As experiências de estágio iniciam esta monografia como prefácio e contextualização das situações de aprendizagem docente que motivaram este Trabalho de Conclusão de Curso.

Durante os estágios nas três escolas apresentadas, a minha experiência com os alunos especiais gerou aprendizado e frustrações. Muitas vezes me senti impotente frente às diferentes pessoas que eu não tinha convivido antes e as aulas sempre tiveram que ser mudadas pela minha falta de experiência com esse público tão seletivo e especial. As atividades levadas de uma escola para outra e estudadas na literatura não funcionaram porque as pessoas eram diferentes e as situações variaram de lugar para lugar. Todas as atividades tiveram que ser adaptadas para aulas e escolas e alunos. Com minha insistência, vontade de aprender, orientação do professor do estágio e auxílio do professor regente em sala, tive oportunidade de aprender com cada um e tiver outra oportunidade de atuar nessa modalidade de ensino, com certeza vou ser mais confiante

Nos contextos educacionais em que realizei os estágios, pude observar que o professor de música, independentemente de sua formação no ensino especial, faz um trabalho diferenciado de outros profissionais. O que o distingue são suas habilidades musicais e pedagógico-musicais. Geralmente, os outros profissionais desenvolvem um trabalho musical restrito à audição musical e estímulos sensoriais e motores, como observei na atividade Musicalidade no CEE 1 no Guará. O trabalho do professor de música como músico e educador envolve o domínio de habilidades musicais e a performance como observei na APAE e, parcialmente no CEF-GAN.

A minha experiência e aprendizado com três professores em contexto distintos - o professor da APAE, licenciado em música, instrumentista e com trabalho com bandas; a professora do CEE do Guará 1, pedagoga; o professor do GAN, pedagogo e percussionista -

1

2

demonstrou diferentes perspectivas de ensino de música para o ensino especial. Cada professor esteve aberto para minha aprendizagem. Na APAE tive o primeiro desafio com a *Banda de Baião de Dois* e alunos DI: meu instrumento, que eles não conheciam, foi a atração, mas só eu sabia o quanto estava aprendendo. No CEE Guará 01, a professora nos deixava conduzir as aulas, talvez a maior dificuldade docente encontrada nos três estágios, devido à complexidade e diversidade das deficiências. Finalmente, no CEF-GAN, a experiência foi diferente e importante, pois os professores da Sala Especial me orientaram no novo formato de aula. Os professores eram de diferentes áreas de formação, mas com um só propósito. Mesmo assim, a presença do professor de música faz diferença: um profissional que conecte as habilidades musicais com o estímulo, desenvolvimento e qualidade de vida desses alunos.

Durante os estágios, minha maior dificuldade foi encontrar exemplos de práticas musicais para aplicar nas aulas de Educação Especial. Reconheço que falta uma sistematização de procedimentos pedagógico-musicais que possam orientar as ações dos profissionais que estão atuando ou têm interesse de atuar nesta área. De modo geral, os professores não músicos ou não licenciados em música e realizam práticas musicais de forma intuitiva e a partir das respostas dos alunos. Não observei de fato uma proposta de atividades musicais fundamentadas para essa modalidade de ensino. A literatura consultada na época dos estágios não apresentou atividades ou propostas pedagógico-musicais específicas para esse público: o que fazer? Portanto, a grande questão foi onde encontrar material, apoio e sugestões? Numa busca inicial sobre o tema apresentou o artigo de Fantini, Joly e Rose (2016) publicado na ABEM. Nele, as autoras apresentam pesquisa de 30 anos de mapeamento dos trabalhos publicados no Brasil sobre Educação Musical Especial com data limite de 2014. As questões das autoras assemelhavam às minhas e no trabalho delas encontrei um modelo para desenvolver uma pesquisa no período de 2014 a 2018.

Assim, a fim dar continuidade ao tema de Fantini, Joly e Rose (2016), esta monografia levanta as seguintes questões de pesquisa: Como a educação musical especial vem sendo apresentada e discutida na literatura de Educação Musical no período de 2014 a 2018? Quais temáticas e tipos de deficiências são relatados nos trabalhos encontrados? Essas questões definem os objetivos apresentados a seguir.

1.1 OBJETIVO GERAL

Mapear e descrever como a Educação Musical Especial vêm sendo apresentada e discutida nas publicações da ABEM de 2014 a 2018, especialmente Revista da ABEM e Anais dos Congressos Nacionais 2015 e 2017.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Descrever quais são as temáticas na área de educação musical especial relatadas nos trabalhos investigados.

Descrever quais são as deficiências na área de educação musical especial relatadas nos trabalhos investigados

Para atender aos objetivos foi realizado um estudo bibliográfico, do tipo estado do conhecimento para conhecer a temática na área de Educação Musical, especialmente, nos artigos publicados na Revista da Associação Brasileira de Música e nos Anais dos Congressos Nacionais dessa associação tendo como referência e critérios a pesquisa de Fantini, Joly e Rose (2016).

1.3 JUSTIFICATIVA

Desde a promulgação da Constituição de 1988, o Ensino Especial passou a ser considerado um dever do Estado, principalmente, no que se refere a inclusão das pessoas com necessidades especiais. O tema é muito delicado, envolve uma mudança de paradigma educacional e precisa ser abordado com toda objetividade, sem preconceitos, com interesse, e o afeto implícito no ato de educar, mas sem sentimentalismo. O tema é objeto de muitos debates, fruto de uma evolução histórica que vem de discussão e diálogos. São entendimentos e posições que evoluíram de concepções políticas e pedagógicas e das experiências e vivências práticas de professores, de familiares, pais de alunos, especialmente, dos próprios alunos. A educação especial e a inclusão de alunos especiais no ensino regular são conquistas assumiram novas configurações e novos valores ao longo do tempo, especialmente, no que concerne ao ensino e aprendizagem musical, como nós vamos poder verificar ao longo deste TCC.

1.4 ESTRUTURA

Este trabalho se divide em cinco partes. No início um prefácio, onde eu apresento contextos de estágio, logo depois onde no 1º capítulo é feita a introdução apresentando os

contextos a problematizarão e os objetivos da pesquisa, no 2º capítulo eu apresento a educação musical a Educação Especial sobre a perspectiva da legislação, e no 3º capítulo eu apresento a pesquisa bibliográfica a metodologia no 4º capítulo apresento a revisão bibliográfica que é caracterizada como estado de conhecimento e finalizo com as considerações finais

2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Se nós considerarmos que a educação é um processo que acontece não só na escola, mas também na família, na sociedade, e que trata, não só de transmissão de conhecimento, de certificação de conhecimentos e dos aprendizados adquiridos, mas também de um processo de socialização mais ampla, que diz respeito a valores éticos e diz respeito a uma verdadeira visão do mundo, a um olhar da sociedade sobre todos esses processos; nós vamos perceber, e vocês vão notar ao discorrer deste trabalho, a importância dos temas que estou tratando.

Assim, neste capítulo, apresento a legislação básica para a educação especial, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, homologada pelo Ministro de Estado da Educação em 15 de agosto de 2001. A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 possui 22 artigos que estabelecem orientações nacionais, em todos níveis e modalidades, para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais.

A legislação inicia regulamentado o atendimento desse público. O Artigo 1º, parágrafo único desse documento regulamenta o atendimento na Educação Básica:

Parágrafo único. O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado (BRASIL, 2001, Art. 1, p. 1).

A orientação acima informa também a respeito do início e onde deverá ser feito o atendimento escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais. Esse direito é garantido desde a educação infantil, nas creches e pré-escolas e sempre que se mostre necessário por meio de através de avaliação e interação com a família e a comunidade.

Nos artigos seguintes, a Diretrizes (BRASIL, 2001) regulamenta: oferta de matrícula (Art. 2); conceito de Educação Especial (Art. 3); definição de quem são os alunos (Art. 4 e 5); diretrizes, características do público de educação especial regulamentando o atendimento (Art. 6) orienta como deve ser a identificação das necessidades educacionais especiais; (Art. 7) discrimina onde deve ser o atendimento (Art. 8) fala sobre o que deve prever e prover as escolas da rede regular de ensino na organização de suas classes comuns, no que diz respeito à formação dos professores (Art. 9)

Com relação à oferta de matrículas, os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos com necessidades educacionais especiais. Eles também têm o dever de assegurar as

condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, p. 1). O documento legal entende a Educação Especial como um processo educacional com proposta pedagógica específica, para que se garanta a educação escolar desses estudantes de modo que se promova o desenvolvimento das potencialidades em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Nos Artigo 4º e 5º as diretrizes tratam das características do público da educação especial regulamentando o atendimento que, como tal, deve levar em conta as situações singulares, os perfis de cada estudante, as características biopsicossociais dos alunos e suas faixas etárias. O ensino especial deve pautar em princípios éticos, políticos e estéticos para garantir a dignidade e o direito de cada aluno, a busca da identidade própria de cada estudante e o seu desenvolvimento para o exercício da cidadania.

O Artigo 5º estabelece quem são os estudantes com necessidades educacionais especiais enquanto o artigo 6º orienta como deve ser a identificação das necessidades educacionais especiais de cada aluno e o seu atendimento, sendo complementado pelo artigo 7º que discrimina onde deve ser o atendimento.

O artigo 8º fala sobre o que deve prever e prover as escolas da rede regular de ensino na organização de suas classes comuns, no que diz respeito à formação dos professores. Normatiza ainda como deve ser feita a distribuição dos alunos com necessidades especiais nas classes das escolas, quanto à flexibilização e adaptação do currículo da escola, quanto aos serviços de apoio pedagógico especializado, realizados nas classes comuns e os serviços de apoio pedagógico realizados em salas de recursos. Estas são condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, quanto a sustentabilidade do processo inclusivo, quanto a temporalidade flexível do ano letivo e, por fim, quanto às atividades que favoreçam o aluno que apresente altas habilidades/superdotação.

No artigo seguinte, artigo 9º, contendo dois parágrafos, a legislação permite a criação, extraordinária, de novas classes especiais baseadas no capítulo II da LDBEN 9394/96, na Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, bem como nos Referenciais e Parâmetros Curriculares Nacionais, para atendimento, em caráter transitório, a alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos e demandem ajudas e apoios intensos e contínuos.

Com relação aos alunos com necessidades educacionais especiais que a escola comum não consegue atender, a artigo 10º orienta que eles podem ser atendidos, em caráter

extraordinário, em escolas especiais, públicas ou privadas. O artigo apresenta três parágrafos que definem normas para esse procedimento.

No artigo 11º, temos a recomendação para que as escolas e sistemas de ensino constituam parcerias com instituições de ensino superior. O artigo seguinte, nº 12º trata dos sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, o quais devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, contendo para essa orientação dois parágrafos.

A orientação para a ação integrada com os sistemas de saúde para organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio é regulamentado pelo artigo 13º. Este contém dois parágrafos.

O artigo 14º regulamenta a responsabilidade dos sistemas públicos de ensino quanto à identificação, análise, avaliação da qualidade e da idoneidade, bem como pelo credenciamento de escolas ou serviços, públicos ou privados, com os quais estabelecerão convênios ou parcerias para garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos, observados os princípios da educação inclusiva. A seguir, o artigo 15º define de quem é a competência e responsabilidade dos currículos escolares que tenham em seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos.

Com relação aos procedimentos de conclusão do Ensino Fundamental referente a alunos com grave deficiência mental ou múltipla, quando esgotadas as possibilidades pontuadas nos Artigos 24 e 26 da LDBEN e que não apresente resultados de escolarização previstos no Inciso I do Artigo 32 da mesma Lei, as instituições de ensino devem proceder segundo orientações do artigo 16º. No artigo 17º é regulamentado o atendimento das escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas. Estas devem, de acordo com os princípios da educação inclusiva, atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais.

O artigo 18º legisla sobre o dever que os sistemas de ensino têm de estabelecer normas para o funcionamento de suas escolas, a fim de que essas tenham as condições suficientes para elaborar seu projeto pedagógico e possam contar com professores capacitados e especializados, conforme previsto no artigo 59 da LDBEN 9394/96 e com base na Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal, e na

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena.

Por fim, os últimos artigos, 19º, 20º, 21º e 22º, regulamentam que as Diretrizes Nacionais para a educação especial se estendem para todas as etapas e modalidades da educação básica, assim como as diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica estendem-se para a educação especial.

Esse documento tem orientado os sistemas de ensino sobre a inclusão de alunos com necessidades, portanto cabe a cada unidade federativa normatizar seu sistema educacional. Conhecer essa legislação e como ela orienta os sistemas de ensino ajuda na compreensão do contexto das práticas musicais na educação especial

3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: O ESTADO DO CONHECIMENTO COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa tem como objetivo mapear e descrever como a Educação Musical Especial vem sendo apresentada e discutida nas publicações da ABEM de 2014 a 2018, especialmente na Revista da ABEM e nos Anais dos Congressos Nacionais 2015 e 2017. Especificamente, a pesquisa visou descrever quais são as temáticas na área de educação musical especial relatadas nos trabalhos investigados; identificar quais são as deficiências na área de educação musical especial relatadas nos trabalhos.

A pesquisa bibliográfica, de forma geral, é o passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação, quer dizer, após a escolha de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema proposto para conhecer o campo de pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2003; MACEDO, 1994). Esse tipo de procedimento auxilia na escolha de temas, de objetivos, de métodos mais apropriados, assim como um conhecimento sobre resultados e possibilidades de investigação.

Em toda pesquisa, na fase inicial de um desenvolvimento de investigação é preciso fazer uma pesquisa bibliográfica com um intuito de:

- Saber se alguém já publicou as questões propostas, para que seja relevante para a academia.
- Decidir se é interessante repetir a investigação com o mesmo objetivo, quem sabe pode dar uma nova roupagem a esse tema.
- Saber quais os métodos utilizados em investigações similares, o uso de metodologia de outro trabalho, utilizar de pesquisa que já existe, utilizar de metodologias que já foram feitas para incorporar nas práticas metodológicas.
- Averiguar o melhor para ser aplicado, de temas relevantes atuais de discussões amplas e pensadores catedráticos na área em discussão.
- Procurar temas relevantes para pesquisa, temas atuais, relevantes para pesquisa,

Mas, além desse tipo de pesquisa bibliográfica, comum aos procedimentos da pesquisa, alguns estudos bibliográficos têm caráter de técnica ou método de investigação são reconhecidos como Estado da Arte e/ou Estado do Conhecimento. Para alguns autores esses dois procedimentos são distintos, cada um deles se refere a um tipo específico de pesquisa em que a principal diferença está na natureza dos documentos analisados.

No Estado da Arte, o levantamento bibliográfico investiga o que está sendo tratado e como está sendo tratado num campo do conhecimento e envolve uma diversidade de fontes científicas:

[...] “estado da arte” é definido como um levantamento bibliográfico realizado em resumos catálogos e fontes relacionados a um campo de investigação, com o objetivo de mapear e discutir certas produções científicas/acadêmicas em determinado campo do conhecimento (NÓBREGA-TERRIEN; TERRIEN, 2004, p. 8 *apud* PEREIRA, 2013, p. 222).

Quanto ao “estado do conhecimento”, esta é uma pesquisa a serviço de uma pesquisa específica e pode ser entendido como uma ferramenta ou uma etapa dentro de um processo de investigação mais ampla.

[...] “estado de conhecimento” é uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, que se organiza como parte do processo de organização empreendido por um pesquisador enquanto o “estado da arte” consiste na própria totalidade da pesquisa com fim em si mesmo (PEREIRA, 2013, p. 223)

O “estado da arte”, portanto, pode corresponder a uma metapesquisa: uma pesquisa sobre a pesquisa, cujo objetivo fundamental consiste no mapeamento da produção do conhecimento na determinada área (PEREIRA, 2013). Em sua análise, Pereira (2013) diferencia estado da arte e estado do conhecimento a partir de Ferreira (2002 *apud* PEREIRA, 2013) e Nóbrega-Therrien e Therrien (2004 *apud* PEREIRA, 2013). Nas palavras do educador musical:

[...] o “estado de conhecimento estaria mais próximo da definição de Ferreira (2002) apresentada anteriormente, estudo exploratório, enquanto, o “estado da arte” corresponderia a descrição ampla apresentada por Nóbrega-Therrien e Therrien (2004). Se pensarmos na produção de teses dissertações, o primeiro seria ponto essencial de partida para escrita dos relatórios, enquanto o segundo corresponderia ao próprio relatório de teses e dissertações (PEREIRA, 2013, p. 223).

No entanto, alguns autores têm utilizado o Estado do Conhecimento como forma de conhecer e analisar os trabalhos restritos a uma determinada fonte bibliográfica como banco de teses e dissertações e periódicos. Neste caso, o estudo do campo de conhecimento é mais aprofundado, porque busca conhecer uma área mais específica de estudo, como por exemplo, os estudos desenvolvidos numa determinada revista.

Pereira (2013, p. 224) apresenta um roteiro de procedimentos para a pesquisa do tipo Estado do Conhecimento: 1) definição das palavras-chaves; 2) localização do material de pesquisa; 3) Estabelece critérios para seleção do material no levantamento bibliográfica 4)

Efetivo levantamento da produção catalogada; 5) Coleta do material de pesquisa em biblioteca disponibilizada eletronicamente; 6) Leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar, o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias, conclusões; 7) Organização 8) Análise.

3.1 PROCEDIMENTOS DE BUSCA E SELEÇÃO DOS DOCUMENTOS

Nesta pesquisa, os procedimentos adotados seguiram o roteiro proposto por Pereira (2013) em sua apresentação do conceito de Estado do Conhecimento.

Primeiramente foram definidas as palavras-chaves no tema da pesquisa: “educação especial e música” expressão exata; educação especial e música, sem aspas e “educação musical especial” entre aspas ou expressão exata. Logo depois, como segundo passo, foi realizada uma busca no *Google Acadêmico* no portal de Periódicos da CAPES. Nessa busca foram encontrados cerca de 127 trabalhos sobre o tema na expressão exata Educação Musical Especial. Dentre eles o de Fantini, Joly e Rose (2016), *Educação Musical Especial: produção brasileira nos últimos trinta anos*, que orientou a terceira etapa da pesquisa ou seja definir os critérios da seleção de trabalhos. Como critérios foram definidos os trabalhos publicados na Revista da ABEM no período de 2014 a 2018 e nos Anais de 2015 e de 2017. Isto porque a pesquisa de Fantini, Joly e Rose (2016) abrangeu os trabalhos publicados até 2014. Reforço ainda que minha pesquisa se baseou e adotou as temáticas de Fantini, Joly e Rose (2016).

Na quarta etapa, efetivo levantamento da produção catalogada, realizada no período de agosto de 2018, buscou-se as publicações no site da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) a saber: a Revista da ABEM e os Anais dos congressos da ABEM. Na Revista da ABEM foram utilizadas novamente as palavras chaves “educação especial e música” expressão exata; educação especial e música, sem aspas e “educação musical especial” entre aspas ou expressão exata. Nos Anais dos Congressos Nacionais da ABEM foi adotado outro procedimento porque o sistema não permitiu a pesquisa por palavras-chaves de forma genérica. O levantamento foi realizado no Sumário de cada evento, especificamente, nos Anais dos eventos nacionais nos anos de 2015 e 2017 porque o Congresso Nacional acontece de dois em dois anos. Para cada ano foi utilizada a busca nos títulos dos trabalhos relacionados no Sumário observando a presença de palavras com os termos “Educação Musical Especial”, “educação especial” e música, inclusão, inclusivo/a, deficiência, ensino especial.

Após esse levantamento, na quinta etapa, foram selecionados os trabalhos que foram organizados em quadros, gráficos e tabela em de acordo com seus autores, título, objetivo, número de trabalhos encontrados, número de trabalhos selecionados. Todos os artigos foram impressos e organizados num único volume em formato de coletânea para leitura e análise dos trabalhos.

Durante a leitura dos textos, etapa seis, os trabalhos foram categorizados em deficiência e temáticas conforme o estudo de Fantini, Joly e Rose (2016). Esses trabalhos foram organizados em tabelas e quadros por deficiência e temáticas, etapa sete. O processo de análise e redação dos resultados concluiu as etapas do Estado de Conhecimento.

3.2 LEITURA E ANÁLISE DOS TRABALHOS

A leitura dos artigos selecionados foi realizada considerando o tema, os objetivos, a problemática e a organização dos artigos, bem como as temáticas elaboradas por Fantini, Joly e Rose (2016). Nesse processo, os artigos foram categorizados de acordo com as temáticas. A coleta de dados foi realizada no período de agosto a novembro de 2018.

4 A EDUCAÇÃO MUSICAL ESPECIAL NOS TRABALHOS DA ABEM (Revista e Anais): APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados o panorama geral do levantamento bibliográfico realizado na Revista da ABEM e nos Anais dos Congressos de 2015 e 2017 de acordo com as temáticas utilizadas e baseadas no trabalho de Fantini, Joly e Rose (2016).

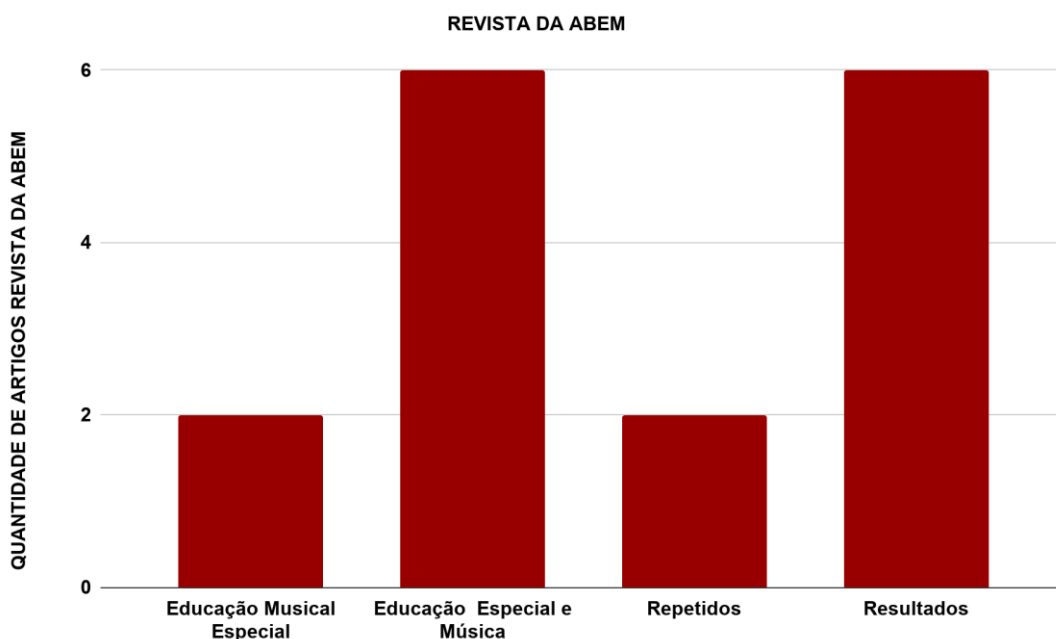
A busca pelos trabalhos em Educação Musical Especial foi realizada no período de 4 (quatro) anos, 2014 a 2018, em que foram definidos o local de busca (artigos de Revista ou comunicação de Anais), os números de trabalhos encontrados e o resultado final para análise (Tabela 1). Os resultados foram organizados nos seguintes tópicos: 1) Panorama Geral do Levantamento; 2) Público-Alvo; 3) Temáticas; Após a realização da pesquisa por palavras chaves no site da ABEM foi realizado um estudo quantitativo dos trabalhos encontrados que é apresentado nos tópicos seguintes.

4.1 PANORAMA GERAL DO LEVANTAMENTO

O mapeamento de trabalhos sobre a temática Educação Musical Especial nas publicações da ABEM (2014-2018) foram quantificados para se conhecer a frequência desses trabalhos tanto na Revista quanto nos Anais dos Congressos Nacionais (2015 e 2017). Os resultados desse levantamento são apresentados nos Gráficos 1 e 2 e na Tabela 1. As palavras-chaves utilizadas foram “educação musical especial” e “educação musical” e música.

O Gráfico 1 apresenta os resultados encontrados na Revista da ABEM (2014-2018) por palavra-chave. Com a expressão exata “**Educação Musical Especial**” foram encontrados **2 (dois)** trabalhos e com a palavra-chave “**Educação Especial**” e **música** foram encontrados **6 (seis)** trabalhos. Informo que entre os trabalhos encontrados, **8 (oito)** ao todo, **2 (dois)** artigos eram repetidos, portanto o resultado final de artigos sobre Educação Musical Especial na Revista da ABEM foram de **6 (seis)** trabalhos.

Gráfico 1 - Quantidade de trabalhos por palavra-chave Revista da ABEM



Fonte: Dados gerados pelo autor

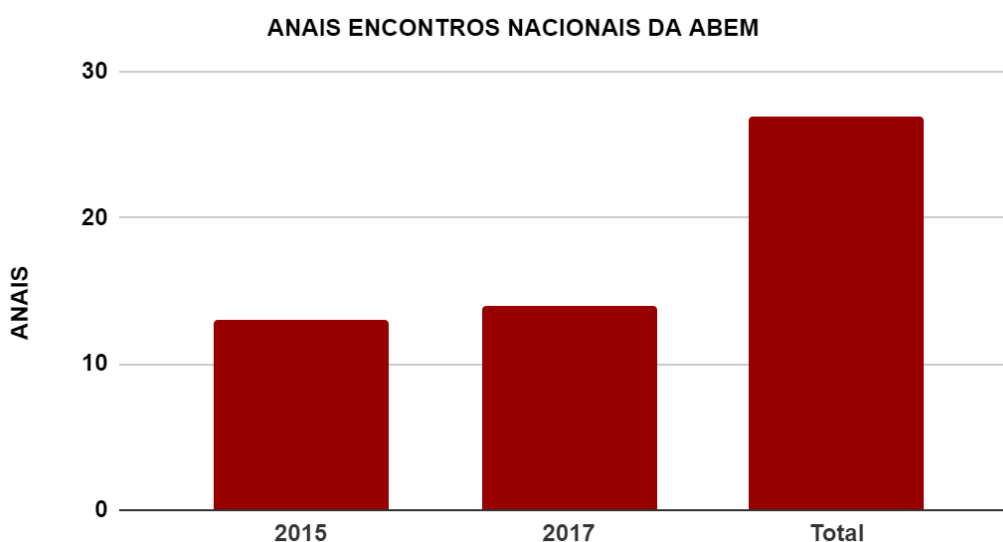
O mapeamento realizado nos trabalhos dos Anais dos Congressos Nacionais da ABEM adotou procedimento distinto porque o sistema não permite a pesquisa por palavras-chaves de forma genérica no total de trabalhos publicados nos Anais. O mapeamento foi realizado no Sumário de cada evento, especificamente, nos anais dos eventos nacionais nos anos de 2015 e 2017 porque o Congresso Nacional acontece de dois em dois anos. Para cada ano foi utilizada a busca nos títulos dos trabalhos relacionados no Sumário observando a presença de palavras relacionadas com os termos “Educação Musical Especial”, “educação especial” e música, inclusão, inclusivo/a, deficiência, ensino especial. Assim, no ano de 2015 foram encontrados 13 (treze) trabalhos e no ano de 2017, 14 (quatorze) trabalhos. Cabe destacar que os termos “Educação Musical Especial”, “educação especial” e música não apresentaram nenhum resultado, por isso a busca se restringiu aos termos inclusão, inclusivo/a e deficiência.

Os resultados encontrados nos Anais de 2015 foi obtido da seguinte forma: 1) com a palavra “inclusão e/ou inclusivo” foram selecionados **11 (onze)** trabalhos do GT 3.3, Educação Musical e Inclusão Social, inclusive comunicações de pesquisa em que os títulos não apresentaram o termo exato. No GT 1.1 - Pesquisa em educação musical, foi encontrado **1 (um)** trabalho com a palavra “deficiência”. No GT 4.1 – Experiências e ações educativo-

musicais em cursos de formação de professores, também foi selecionado **1 (um)** trabalho com a palavra “deficiência”. Ao todo **13(treze)** trabalhos como informado acima.

No ano de 2017, com a palavra “inclusão e/ou inclusivo/a” foram selecionados todos os trabalhos do GT 3.3 - Educação Musical e Inclusão social - **8 (oito) ao todo**, inclusive os títulos que não apresentavam o termo exato “**inclusão e/ou inclusivo/a**”. No GT 2.1 - Ensino e Aprendizagem de música nas escolas de educação básica - foi selecionado **1(um)** trabalho. Com a palavra **deficiência** foi encontrado apenas **1(um)** trabalho que já estava selecionado na relação dos trabalhos do GT 3.3. No GT 2.3 – Ensino e aprendizagem de música no ensino superior foi encontrado **1 (um)** trabalho com a palavra “especial”. Para verificar a presença de outros trabalhos, foram lidos e analisados os títulos e resumos dos trabalhos que apresentavam relação com a temática Educação Musical Especial. Dessa leitura foram selecionados os seguintes trabalhos: **2 (dois) artigos** do GT 2.1 – Ensino e aprendizagem de música nas escolas de educação básica - que versava sobre altas habilidades; **1 (um)** trabalho no GT 4.1 – Experiências e ações educativo-musicais em cursos de formação de professores - sobre autismo. Assim, **14 (quatorze)** trabalhos foram selecionados.

Gráfico2 - Quantidade de trabalhos por palavra-chave Anais do Congresso da ABEM 2015 e 2017



Fonte: Dados gerados pelo autor

A Tabela 1 mostra o resultado final com a indicação da fonte de dados, o período das publicações, o número de trabalhos encontrados, o número de trabalhos selecionados e a

porcentagem das publicações, na Revista ou nos Anais, de acordo com o total de trabalhos. É importante destacar que foi realizada a remoção de trabalhos repetidos e alguns foram retirados por não atender todas as exigências de inclusão descritas acima, apenas trabalhos que apresentam os termos de busca ou palavra similares foram analisados.

Informo que todos os trabalhos encontrados, **33 (trinta e três)** foram incluídos na análise deste trabalho.

Tabela 1 - Quantidade dos trabalhos Selecionados

LOCAIS DE BUSCA	PERÍODO DE BUSCA	QTDE - ESTUDOS ENCONTRADOS	QTDE - ESTUDOS SELECIONADOS	%
Revista da ABEM	2014 - 2018	8	6	18,18%
Anais da ABEM	2015 e 2017	27	27	81,82%
Total	2014-2018	35	33	100

Fonte: Dados do levantamento realizado pelo autor

A partir da Tabela 1, observa-se que, na área de Educação Musical, os congressos da ABEM têm sido o principal meio científico utilizando para a disseminação dos conhecimentos práticos e teóricos relacionados à Educação Musical Especial, 81,82%, enquanto na Revista da ABEM foram encontrados 18,18% dos 33 trabalhos publicados. Esses dados estão de acordo com a pesquisa de Fantini, Joly e Rose (2016, p.39). As autoras descrevem que em sua pesquisa a maior parte dos artigos na área de Educação Musical Especial eram oriundos de trabalhos completos em Anais dos Congressos da ABEM (52% de 129 trabalhos no total) enquanto os artigos de periódicos correspondiam a 1% do total de trabalhos analisados. Segundo as autoras:

[...] observa-se que os congressos da ABEM constituem o principal meio científico utilizado no Brasil para disseminação dos conhecimentos práticos e teóricos na área da Educação Musical Especial, seguidos pelos Simpósios de Cognição e Artes Musicais (SIMCAM). Esses eventos contam, respectivamente, com 52% e 14% dos estudos encontrados. (FANTINI; JOLY; ROSE, 2016, p.39).

Nos Quadros 1 e 2 são apresentados os trabalhos selecionados com títulos e autores da revista da ABEM. Na Revista da ABEM, os trabalhos de Fantini, Joly e Rose (2016) e o de Pendeza e Dallabrida (2015) adotam a expressão Educação Musical Especial. Estes aparecem repetidos nos resultados para a palavra-chave “Educação Especial” e música. Ambos artigos realizam levantamento bibliográfico: o primeiro de forma geral foca na produção brasileira no período de 30 (trinta) anos, anterior a 2014; o segundo trabalho aborda a produção bibliográfica relacionada com o transtorno do espectro autista (Quadro 1).

Quadro 1 - Relação de Trabalhos da Revista da ABEM por ano, observando as palavras educação musical especial

REVISTA DA ABEM		
EDUCAÇÃO MUSICAL ESPECIAL	2 TRABALHOS	
AUTOR	TÍTULO	
1	FANTINI; JOLY; ROSE (2016)	Educação Musical Especial: produção brasileira nos últimos 30 anos
2	PENDEZA; DALLABRIDA (2015)	Educação Musical e TEA: um panorama das publicações nacionais.

Fonte: Dados gerados pelo autor

No Quadro 2, especificamente, estão relacionados os trabalhos encontrados com a palavra-chave “Educação Especial” e música, 6 (seis) ao todo. O resultado final apresenta os autores Pendeza (2015); Giesteiro, Godall e Zattera (2015); Fantini, Joly e Rose(2016);Schambeck (2016);Pendeza e Dallabrida(2016);Júnior e Schambeck (2017). A análise aponta para trabalhos na modalidade de resenha (1) e artigos (5), os quais abordam temáticas como: deficiência visual (JÚNIOR; SCHAMBECK, 2017; GIESTEIRO; GODALL; ZATTERA, 2015), educação inclusão (SCHAMBECK, 2016); Transtorno do Espectro Autista – TEA (PENDEZA; DALLABRIDA, 2016); revisão bibliográfica (FANTINI; JOLY; ROSE, 2016) e resenha (PENDEZA, 2015). Lembrando que Pendeza e Dallabrida(2016) e Fantini; Joly; Rose(2016) são resultados repetidos e serão considerados apenas uma vez.

Quadro 2 - Relação de Trabalhos da Revista da ABEM por ano, observando as palavras; educação especial e música

REVISTA DA ABEM		
EDUCAÇÃO ESPECIAL E MÚSICA	6 TRABALHOS	
AUTOR	TÍTULO	
1	PENDEZA (2015)	GATTINO, Gustavo Schulz. Musicoterapia e Autismo: teoria e prática (2015) (Resenha de livro).
2	JÚNIOR; SCHAMBECK (2017)	Deficiência visual no ensino superior de música: ações, recursos e serviços sob a perspectiva de quatro egressos
3	SCHAMBECK (2016)	Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula: tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música

4	PENDEZA; DALLABRIDA (2016)	Educação Musical e TEA: um panorama das publicações nacionais
5	FANTINI; JOLY; ROSE (2016)	Educação Musical Especial: produção brasileira nos últimos 30 anos
6	GIESTEIRO; GODALL; ZATTERA (2015)	La enseñanza de la Musicografía Braille: consideraciones sobre la importancia de la escritura musical en braille y la transcripción de materiales didácticos

Fonte: Dados gerados pelo autor

Os quadros 3 e 4 tratam dos trabalhos encontrados no Anais do Congresso Nacional da ABEM, evento que acontece a cada dois anos; por isso a revisão foi feita nas comunicações de pesquisa de 2015 e de 2017. Os quadros estão separados por ano: no Quadro 3 (três) encontram-se 13 (treze) trabalhos relacionados ao ano de 2015, e no Quadro 4 (cinco) encontram-se 14 (quatorze) trabalhos relacionados ao ano de 2017.

Quadro 3 - Relação de Trabalhos dos Anais dos Encontros Nacionais da ABEM por ano, observando as palavras educação musical especial; educação especial

ANAIS 2015		
	AUTOR	TÍTULO
1	BEZERRA (2015a)	Educação musical das pessoas com deficiência visual: uma breve revisão de literatura
2	BEZERRA (2015b)	A música e a cegueira: realidade e equívocos
3	GIESTEIRA (2015a)	Procesos de decodificación da la partitura Braille: los signos de nota y octava
4	GIESTEIRA (2015)	Los diferentes formatos de transcripción de la partitura en Braille
5	OLIVEIRA; MENDES (2015)	A inclusão social para crianças surdas através da educação musical
6	COSTA; JÚNIOR (2015)	Aula de música para pessoas com deficiência visual: Da teoria à prática, desafios e conquistas.
7	SILVA; ALMEIDA (2015)	Uma análise da prática pedagógica de professores de música na perspectiva da Educação Inclusiva
8	SOLER; MENDES (2015)	Música na sala de aula inclusiva: estudos observações e propostas para o ensino fundamental da rede municipal de Indaiatuba-SP
9	COSTA (2015)	Contribuição da educação musical na prática instrumental e educação inclusiva com cadeirantes (Título no Sumário: Educação Musical na prática inclusiva com cadeirantes no projeto Acordes Eficiente)
10	OGANDO (2015)	A garantia dos direitos de educando com altas habilidades ou superdotação na educação básica: considerações sobre os desafios no contexto de aula de música

11	OLIVEIRA; REILY (2015)	Educação musical para crianças surdas e ouvintes: uma proposta de inclusão
12	SABINO; AFONSO (2015)	O ensino de violino e a deficiência visual: a importância da psicomotricidade
13	PAIVA (2015)	O ensino do acordeon para deficientes visuais: superando novos desafios

Fonte: Dados gerados pelo autor

Os trabalhos de 2015 foram apresentados por Bezerra (2015a, 2015b); Giesteira (2015a, 2015b); Costa (2015); Oliveira e Mendes (2015); Costa e Júnior (2015); Silva e Almeida (2015); Soler e Mendes (2015); Ogando (2015); Oliveira e Reily (2015); Sabino e Afonso (2015) e Paiva (2015). As temáticas abordam: deficiência visual (Bezerra (2015a, 2015b); Giesteira (2015a, 2015b); Costa e Júnior (2015) Sabino e Afonso (2015) e Paiva (2015); alunos surdos (Oliveira e Mendes (2015); educação inclusiva e formação de professores (Silva e Almeida (2015); educação inclusiva (Soler e Mendes (2015); cadeirantes (Costa (2015) e altas habilidades (Ogando (2015).

No Quadro 4, os 14 (quatorze) trabalhos selecionados no Anais do Congresso Nacional da ABEM de 2017 foram apresentados por: Specart, Medeiros e Amaral (2017); Zaneti e Mendes (2017); Ferreira e Silva (2017); Melo, Lopardo e Melo (2017); Silva e Rodrigues (2017); Camelo (2017); Nascimento (2017); Bischoff (2017); Afonso, Lins, Silva, Ferreira e Silva (2017); Duarte e Fialho (2017); Filho (2017); Schambeck (2017); Prudêncio (2017) e Ponso (2017).

Quadro 4 - Relação de Trabalhos dos Anais dos Encontros Nacionais da ABEM por ano, observando as palavras educação musical especial; educação especial

ANAIS 2017		
1	SPECART; MEDEIROS; AMARAL (2017)	A contribuição da ciranda praieira na prática de estágio com alunos da APAE
2	ZANETI; MENDES (2017)	A formação do professor de Artes diante dos conteúdos musicais em uma sala inclusiva do ensino fundamental da cidade de Indaiatuba - SP
3	FERREIRA; SILVA (2017)	Algumas reflexões sobre habitus conservatorial e as adaptações para o ensino de instrumento musical para a pessoa com deficiência
4	MELO; LOPARDO; MELO (2017)	Construção de materiais didáticos para um repositório voltado à Educação Musical Inclusiva
5	SILVA; RODRIGUES (2017)	Música como instrumento de inclusão de alunos surdos

6	CAMELO (2017)	Musicalização de crianças na primeira infância com necessidades educativas especiais: levantamento de trabalhos para a construção do Estado do Conhecimento da pesquisa em andamento.
7	NASCIMENTO (2017)	Parâmetros do som: aprendendo com inclusão na escola aplicação da UFPA
8	BISCHOFF (2017)	Prática de conjunto com surdos: um relato de experiência
9	AFONSO; LINS; SILVA, FERREIRA; SILVA (2017)	A Educação Musical no Espaço de Atendimento Multidisciplinar Autista Amigo Ruy
10	DUARTE; FIALHO (2017)	Aula de música para alunos com altas habilidades
11	FILHO (2017)	A disciplina Educação Musical Especial no currículo da Licenciatura em Música da UFCG: um relato de experiência
12	SCHAMBECK (2017)	Formação no contexto inclusivo: relatos de processos de pesquisa na iniciação à docência em música
13	PRUDÊNCIO (2017)	Música e Altas Habilidades no Processo de Ensino e Aprendizagem Musical: uma Revisão Bibliográfica
14	PONSO (2017)	Os Valores Humanos na Educação Musical Escolar: um relato de experiência com alunos(as) de Inclusão

Fonte: Dados gerados pelo autor

De modo geral, os trabalhos do Quadro 4 apresentam relatos de experiência e revisão bibliográfica ou sobre o estado do conhecimento na área. Os temas tratam de assuntos relacionados com a Formação de Professores de Arte e de Música no contexto inclusivo e na APAE (SPECART; MEDEIROS; AMARAL, 2017; ZANETI; MENDES, 2017; MELO; LOPARDO; MELO, 2017; NASCIMENTO, 2017; FILHO, 2017; SCHAMBECK, 2017; PONSO, 2017;); música e alunos surdos (SILVA; RODRIGUES, 2017; BISCHOFF, 2017); altas habilidades (DUARTE; FIALHO, 2017; PRUDÊNCIO, 2017); estado de conhecimento e revisão bibliográfica (CAMELO, 2017; PRUDÊNCIO, 2017); educação musical e autismo (AFONSO; LINS; SILVA, FERREIRA; SILVA, 2017) e aula de instrumento musical e alunos com deficiência (FERREIRA; SILVA, 2017).

A distribuição dos trabalhos encontrados (Quadros 1, 2, 3 e 4), 33 (trinta e três) no total, no período de 2014 a 2018, demonstra um equilíbrio de pesquisas nos anos de 2015 e de 2017 com a quantidade de 15 (quinze) estudos nestes anos. Esse número é o mesmo encontrado por Fantini, Joly e Rose (2016, p. 40) no ano de 2007 quando elas informam que ocorreu a maior produção de estudos em Educação Musical Especial. Isso indica que a produção de estudos no período teve pouca variação, o que nos alerta ainda para a falta de estudos nessa área. É relevante observar que na pesquisa de Fantini, Joly e Rose (2016, p.40),

o ano de 2015 indicava apenas 5 estudos. Isso deve ter ocorrido porque a pesquisa não contemplou o Congresso Nacional da ABEM em 2015.

4.2 PÚBLICO -ALVO

Quanto ao público alvo apresentado nos trabalhos selecionados foram identificadas 7 (sete) deficiências de acordo com a categorização realizada nos artigos que foram quantificados e apresentados na tabela 2. Ela trata das pessoas alcançadas por cada artigo científico. A tabela 2 apresenta trabalhos que tratam de deficiências específicas (visual, autismo, surdos, altas habilidades, síndrome de Down, cadeirantes e deficiência intelectual) e de deficiências genéricas contempladas na educação inclusiva. São trabalhos como: inclusão de alunos na sala de aula, alunos com deficiência na educação básica, prática pedagógica com crianças deficientes em escola regular, atividades práticas com alunos da APAE, a formação do professor de artes e sua visão da inclusão na sala de aula e reflexão sobre *habitus* conservatorial e as adaptações para o ensino de instrumento musical para pessoas com deficiência.

Tabela 2 – Quantidade de trabalhos por deficiência

ESPECÍFICO		
DEFICIÊNCIA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Visual	9	27,27
Auditiva	4	12,13
Autismo	3	9,09
Altas Habilidades	3	9,09
Deficiência Intelectual	2	6,06
Síndrome de Down	1	3,03
Motora (Cadeirantes)	1	3,03
GENÉRICO – DIVERSOS*		
Educação Inclusiva	9	27,27
Estado de Conhecimento	1	3,03
TOTAL	33	100 %

Fonte: Dados do autor

*Nesta classificação foram incluídos os trabalhos que tratam de Revisão Bibliográfica

A análise quantitativa dos trabalhos por deficiência aponta que a maior quantidade de artigos, 27,27%, aborda a deficiência visual (9 artigos) na classificação de específico Público Alvo: deficiências abordadas nos trabalhos e a educação inclusiva (9 artigos) na classificação de genérico. As deficiências menos discutidas no período analisado (2014-2018) correspondem a 3,03% (1 artigo por deficiência) dos trabalhos e corresponde a Síndrome de Down (1 trabalho) e motora-cadeirante (1 trabalho) na classificação deficiência específica.

Na classificação genérica foi encontrado 1 (um) trabalho ou 3,03% que trata de Estado de Conhecimento na área de Educação Musical Especial, pesquisa desenvolvida por Fantini, Joly e Rose, (2016). A segunda maior quantidade de trabalhos, 12,13% (4 artigos) trata de alunos surdos, deficiência auditiva; seguidos por autismo, 9,09 % (3 artigos) e altas habilidades, 9,09% (3 artigos). Ainda foram encontrados trabalhos sobre Deficiência Intelectual, 6,06% (2 artigos).

Ao compararmos esses resultados com o trabalho de Fantini, Joly e Rose (2016), verificamos que entre os pesquisadores permanece o interesse na educação inclusiva e na deficiência visual, temáticas que mais apresentaram artigos, cada uma 9 trabalhos. Fantini, Joly e Rose (2016) em sua análise de 30 anos de pesquisas na área de educação musical informam que a maioria dos estudos tratava da educação inclusiva, mas a deficiência que mais foi investigada foi a deficiência visual com 21 trabalhos. Se considerarmos que as autoras abordaram 30 anos de publicação, ou seja, uma média de 0,7 trabalhos por ano, o interesse na deficiência visual tem crescido consideravelmente nos últimos 5 anos, ou seja, uma média de 1,8 trabalhos por ano. É importante lembrar que segundo dados do Censo 2010, a deficiência visual também é a deficiência que mais atinge os brasileiros, 18,60% da população (FANTINI; JOLY; ROSE, 2016). Ao considerarmos as outras deficiências, tanto nesta pesquisa quanto na pesquisa de Fantini, Joly e Rose (2016) há uma diminuição de trabalhos sobre deficiência intelectual, de 8 para 2 artigos e um aumento de trabalhos sobre Altas Habilidades, de 2 para 3 artigos. Contudo, cabe considerar a grande diferença entre as pesquisas, o trabalho de Fantini, Joly e Rose considerou um período de 30 anos e esta pesquisa um período de 5 anos. Neste estudo, foi encontrado 1 (um) trabalho com cadeirantes, deficiência que não foi registrada por Fantini, Joly e Rose (2016),

4.3 AS TEMÁTICAS

Com relação às temáticas observadas nos trabalhos selecionados na Revista da ABEM e nos Anais dos Congressos Nacionais da ABEM 2015 e 2017 é importante destacar novamente que foram utilizadas como categorias de análise as temáticas descritas por Fantini, Joly e Rose (2016). Os resultados nas 9 (nove) categorias foram: 1. conhecimento sobre dos alunos (OGANDO, 2015; SABINO; AFONSO, 2015; SPECART, MEDEIROS e AMARAL, 2017); 2.conhecimento sobre/dos professores e formação de professores (JÚNIOR; SCHAMBECK, 2014; SCHAMBECK, 2016; GIESTEIRA, 2015a; SILVA; CRISTIANE, 2015; ZANETI; MENDES, 2017; FILHO, 2017; SCHAMBECK, 2017);3.Processo de

ensino/aprendizagem (SPECART, MEDEIROS e AMARAL (2017); SCHAMBECK (2017); 4.Recursos de ensino/aprendizagem (GIESTEIRA, 2015a; FERREIRA; SILVA, 2017); 5.Processos Inclusivos (SCHAMBECK, 2016; COSTA 2015; OLIVEIRA; MENDES, 2015; SILVA;ALMEIDA, 2015; OLIVEIRA; REILY, 2015; SPECART; MEDEIROS; AMARAL, 2017; ZANETI; MENDES 2017; MELO; LOPARDO; MELO, 2017; SILVA; RODRIGUES, 2017; CAMELO, 2017; NASCIMENTO, 2017; BISCHOFF, 2017; AFONSO; LINS, SILVA; SILVA, 2017; FILHO, 2017; SCHAMBECK, 2017; PONSO, 2017); 6.Programas de ensino/projetos (COSTA, 2015; SOLER; MENDES, 2015 e PAIVA, 2015); 7.Método de ensino/teorias (GIESTEIRA, 2015b; GIESTEIRO; GODALL; ZATTERA, 2015; MELO; LOPARDO; MELO, 2017)8.Instrumento de Avaliação musical (SPECART; MEDEIROS; AMARAL, 2017); 9.Revisão /resenha (FANTINI; ZOLY; ROSE, 2016; PEDROZA, 2015; PRUDÊNCIO, 2015; BEZERRA, 2015).

Nesta pesquisa, os trabalhos analisados foram distribuídos, quantitativamente, nas categorias citadas como demonstra o Quadro 5. Ele contém todos os trabalhos encontrados na Revista da ABEM e nos Anais dos Congressos Nacionais da ABEM de 2015 e de 2017. É importante destacar que alguns trabalhos estão em mais de uma temática por causa dos assuntos abordados no texto como os estudos de:A contribuição da ciranda praieira na prática de estágio com alunos da APAE (SPECART; MEDEIROS; AMARAL (2017)

Quadro 5 - Relação de trabalhos por temáticas

1 CONHECIMENTO SOBRE/DOS ALUNOS	
AUTOR	TÍTULO
1 - OGANDO (2015)	A garantia dos direitos de educandos com Altas Habilidades ou Superdotação na Educação Básica: considerações sobre os desafios no contexto de aulas de música
2 - SABINO; AFONSO (2015)	O ensino de violino e a deficiência visual: A importância da psicomotricidade comunicação
3 - SPECART, MEDEIROS; AMARAL (2017)	A contribuição da ciranda praieira na prática de estágio com alunos da APAE
2 CONHECIMENTOS SOBRE/DOS PROFESSORES E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
AUTOR	TÍTULO
1 - JÚNIOR; SCHAMBECK (2014)	Deficiência visual no ensino superior de música: ações, recursos e serviços sob a perspectiva de quatro egressos
2 - SCHAMBECK (2016)	Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula: tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música

3 - GIESTEIRA (2015a)	Procesos de decodificación da la partitura Braille: los signos de nota y octava
4 - SILVA; CRISTIANE (2015)	Uma análise da prática pedagógica de professores de música na perspectiva da educação inclusiva
5 - ZANETI; MENDES (2017)	A formação do professor de artes diante dos conteúdos musicais em uma sala inclusiva do ensino fundamental da cidade de Indaiatuba - SP
6- FILHO (2017)	A disciplina educação musical especial no currículo da licenciatura em música da UFCG: um relato de experiência
7 - SCHAMBECK (2017)	Formação no contexto inclusivo: relatos de processos de pesquisa na iniciação à docência em música
3 PROCESSOS DE ENSINO/APRENDIZAGEM	
AUTOR	TÍTULO
2 - SPECART, MEDEIROS e AMARAL (2017)	A contribuição da ciranda praieira na prática de estágio com alunos da APAE
3 - SCHAMBECK(2017)	Formação no contexto inclusivo: relatos de processos de pesquisa na iniciação à docência em música
4 RECURSOS NA EDUCAÇÃO MUSICAL ESPECIAL	
AUTOR	TÍTULO
2 - GIESTEIRA (2015a)	Processo de decodificação da partitura Braille: Os sinais de notas em oitava
3 – FERREIRA; SILVA (2017)	Algumas reflexões sobre <i>habitus</i> conservatorial e as adaptações para o ensino de instrumento musical para a pessoa com deficiência
5 PROCESSOS INCLUSIVOS	
AUTOR	TÍTULO
1 - SCHAMBECK (2016)	Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula: tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música
2 - COSTA (2015)	Contribuição da educação musical: na prática instrumental e educação inclusiva com cadeirantes
3 – OLIVEIRA; MENDES (2015)	A Inclusão social para crianças surdas através da educação musical
4 – SILVA; ALMEIDA (2015)	Uma análise da prática pedagógica de professores de música na perspectiva da educação inclusiva
5 – OLIVEIRA; REILY (2015)	Educação musical para crianças surdas e ouvintes: uma proposta de inclusão
6 – SPECART; MEDEIROS; AMARAL (2017)	A contribuição da ciranda praieira na prática de estágio com alunos da APAE
7 – ZANETI; MENDES (2017)	A formação do professor de artes diante dos conteúdos musicais em uma sala inclusiva do ensino fundamental da cidade de Indaiatuba - SP

8 – MELO; LOPARDO; MELO (2017)	Construção de materiais didáticos para um repositório voltado à educação musical inclusiva
9 – SILVA; RODRIGUES (2017)	Música como instrumento de inclusão de alunos surdos
10 - CAMELO (2017)	Musicalização de crianças na primeira infância com necessidades educativas especiais: levantamento de trabalhos para a construção do estado do conhecimento da pesquisa em andamento.
11 - NASCIMENTO (2017)	Parâmetros do som: aprendendo com inclusão na escola aplicação da UFPA
12 - BISCHOFF (2017)	Prática de conjunto com surdos: um relato de experiência
13 – AFONSO; LINS, SILVA; SILVA (2017)	A educação musical no espaço de atendimento multidisciplinar autista amigo Ruy
14 - FILHO (2017)	A disciplina educação musical especial no currículo da licenciatura em música da UFCG: um relato de experiência
15 - SCHAMBECK (2017)	Formação no contexto inclusivo: relatos de processos de pesquisa na iniciação à docência em música
16 - PONSO (2017)	Os valores humanos na educação musical escolar: um relato de experiência com alunos(as) de inclusão
6 PROGRAMAS DE ENSINO/PROJETOS	
AUTOR	TÍTULO
1 - COSTA (2015)	contribuição da educação musical: na prática instrumental e educação inclusiva com cadeirantes
2 - SOLER E MENDES (2015)	Música na sala de aula inclusiva: estudos, observações e propostas para o Ensino Fundamental da rede Municipal de Indaiatuba - SP
3 - PAIVA (2015)	O ensino do acordeom para deficiente visual: superando novos desafios
7 MÉTODOS DE ENSINO/TEORIAS	
AUTOR	TÍTULO
1 - GIESTEIRA (2015b)	Os diferentes formatos de transcrição da partitura em Braille
2 GIESTEIRO; GODALL; ZATTERA (2015)	La enseñanza de la Musicografía Braille: consideraciones sobre la importancia de la escritura musical en braille y la transcripción de materiales didácticos
3– MELO; LOPARDO; MELO (2017)	Construção de materiais didáticos para um repositório voltado à educação musical inclusiva
8 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO MUSICAL	
AUTOR	TÍTULO

1 –SPECART; MEDEIROS; AMARAL (2017)	A contribuição da ciranda praiera na prática de estágio com alunos da APAE
9 REVISÃO/RESENHAS	
AUTOR	TÍTULO
1– FANTINI; ZOLY; ROSE (2016)	Educação Musical Especial: produção brasileira nos últimos 30 anos
2 - BEZERRA (2015)	Educação musical das pessoas com deficiência visual: uma breve revisão de literatura
3 - PRUDÊNCIO (2015)	Música e altas habilidades no processo de ensino e aprendizagem musical: uma revisão bibliográfica
4 – PENDEZA e DALLBRIDA (2016)	Educação Musical e TEA: um panorama das publicações nacionais
5- PENDEZA (2017)	Gattino, G. S. musicoterapia e autismo: teoria e prática. São Paulo

Com relação à análise quantitativa de trabalhos por temática, a maior quantidade de estudos é discutida na temática 5, **Processos Inclusivos** com 16 trabalhos; sendo que a menor quantidade de trabalhos está inserida na temática 8, **Instrumentos de Avaliação Musical** em que apenas 1 trabalho foi classificado. A temática 2, **Conhecimentos sobre/dos professores e formação de professores** apresenta 7 estudos; seguida pela temática 9, **Revisão/Resenhas** com 5 trabalhos. As temáticas 1, **Conhecimento sobre/dos alunos**; 6, **Programas de Ensino/Projetos** e 7, **Métodos de Ensino/Teorias** apresentam a mesma quantidade de trabalhos, ou seja, 3 estudos cada uma. Dois estudos compõem as temáticas 3, **Processos de Ensino/Aprendizagem**, e 4, **Recursos na Educação Musical Especial**. Os dados gerados indicam que ainda a educação inclusiva predomina como temática de investigação. Esse dado vai ao encontro da pesquisa de Fantini, Joly e Rose (2016, p.44) que encontraram 32 estudos sobre o tema, quantidade de trabalhos um pouco inferior ao que as autoras encontraram na temática 1, **Conhecimento dos/sobre alunos** com um total de 35 trabalhos. As pesquisadoras argumentam que o predomínio de trabalhos nessa temática pode estar associado a preocupação com as diferenças na sala de aula. Em suas palavras:

[...] É possível que a demanda mais urgente seja a de lidar com as questões relativas a compreensão das diferenças entre os alunos, das estratégias diferenciadas em ambientes inclusivos, das acomodações, adaptações, modificações às ferramentas, aos materiais e metas curriculares, ficando para uma próxima etapa o olhar mais atento às especificidades de cada deficiência (FANTINI; JOLY; ROSE, 2016, p. 42)

Quanto à temática 8, **Instrumento de Avaliação Musical**, tanto esta pesquisa quanto o trabalho de Fantini, Joly e Rose (2016, p.45) comprovam a carência de estudos nesse assunto. Essa carência pode estar associada à dificuldade de avaliar as pessoas com deficiência, contudo a avaliação é importante para se conhecer os efeitos do ensino e aprendizagem da música para esses indivíduos.

Vale ainda destacar que as temáticas 3 e 4, **Processos de Ensino/Aprendizagem e Recursos na Educação Musical Especial**, respectivamente, apresentaram poucos trabalhos nesta pesquisa, o que é divergente dos resultados apresentados por Fantini, Joly e Rose (2016, p. 44-45) que classificaram 26 trabalhos na temática 3 e 18 na temática 4. Esse dado pode estar relacionado ao processo de análise e interpretação dos estudos. Mas também pode indicar uma falta de interesse nessas temáticas.

4.3.1 Conhecimentos sobre/dos alunos

Os trabalhos na temática conhecimentos sobre/dos alunos foram desenvolvidos pelos seguintes autores: Ogando (2015); Sabino e Afonso (2015) Specart, Medeiros e Amaral(2017). Nesta temática, os trabalhos apresentam características cognitivas e sociais de crianças, jovens e adultos com Deficiência Intelectual (SPECART, MEDEIROS; AMARAL, 2017), atraso no desenvolvimento, Deficiência Auditiva, Deficiência Visual (SABINO; AFONSO, 2015) e Altas Habilidades ou Superdotação (OGANDO, 2015), bem como, discutem a importância que a aprendizagem musical tem na qualidade de vida desses alunos. Os estudos tiveram como objetivo conhecer as dificuldades, as necessidades e as facilidades dessa população nas atividades musicais.

Em seu artigo, Ogando (2015) apresenta um recorte de sua pesquisa de doutorado, em que ela descreve a especificidade do atendimento educacional para alunos com capacidade acima da média, ou seja, altas habilidades ou superdotação. Em seu texto, a autora fala sobre todos os esforços empreendidos pelas políticas públicas nesta modalidade de educação especial; sobre os mitos relacionados com a identificação e educação de um aluno com capacidade acima da média e conclui que não se avalia esse aluno pela capacidade intelectual ou quociente de inteligência (QI), mas pelo seu relacionamento com outros alunos. A autor destaca ainda que a capacidade musical acima da média é um ponto pouco explorado nas pesquisas em Educação Musical. Ogando (2015) alerta sobre a obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica, que inclui o atendimento ao aluno com altas habilidades ou superdotação, com base na Lei nº 11.769 de 2008. Ela destaca a importância da discussão do

currículo com ênfase na Educação Musical Especial também para os alunos para os quais o currículo regular não apresenta um desenvolvimento significativo. Em seu trabalho, Ogando (2015) lembra que é importante derrubar o preconceito com relação ao aluno com altas habilidades ou superdotação. A pesquisadora afirma que ele pode ter habilidade em diversas áreas, mas, geralmente, é uma pessoa inquieta, criativa, com autonomia e motivado com o aprendizado, por essas características eles precisam de uma atenção especial, pois podem se sentir desmotivados, dispersos ou indisciplinados. Portanto, conhecer as características do aluno com altas habilidades ou superdotação bem como compreender essa situação especial é importante para se desenvolver um trabalho em Educação Musical Especial.

Nessa mesma direção, ao abordar o deficiente visual, Sabino e Afonso(2015) destacam a necessidade de conhecer melhor como esse aluno aprende. As autoras destacam a importância de se investigar a psicomotricidade. Eles relatam o caso do ensino do violino para uma criança deficiente visual, em que observam a necessidade de solucionar os problemas psicomotores antes de tocar um determinado instrumento como “a falta de equilíbrio, a postura inadequada, dificuldades para manusear o arco e sustentar o violino no corpo” (SABINO; AFONSO, 2015, p. 1). Sabino e Afonso identificaram que o aluno cego pode apresentar determinadas características que precisam ser solucionadas, e que a psicomotricidade é muito importante para o desenvolvimento musical. Conhecer quem é esse aluno e abordar os problemas relacionados com a psicomotricidade deve auxiliar no processo de ensino e aprendizagem musical.

Specart, Medeiros e Amaral (2017) relatam o desenvolvimento de um projeto pedagógico de Estágio Supervisionado que objetivou propiciar o fazer musical no contexto de uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). O projeto pôde contribuir para o desenvolvimento psicomotor dos alunos, conciliando os objetivos musicais com os objetivos da instituição. A atividade dos estagiários foi estruturada em 4 momentos: 1) uma visita técnica; 2) uma aula diagnóstica para conhecer as habilidades dos alunos com deficiência; 3) um planejamento de nove intervenções e 4) uma apresentação final dos resultados na instituição. As atividades foram realizadas junto com a fanfarra com orientação dos professores de música. A prática musical se baseou nas cirandas e em recursos de vídeo retirados da internet. Dentre os objetivos se destacam: estimular a coordenação motora, a memória, noções rítmicas e a relação social entre os alunos. Para a instituição o fazer musical visa, principalmente, contribuir para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos. A proposta dos professores de música com o tema Ciranda foi proporcionar o fazer musical, o canto e a percussão, o desenvolvimento social a dança, o senso de organização e

o enriquecimento cultural. Os autores destacam a importância da aula diagnóstica para conhecer os alunos. Neste caso, alunos adultos que têm dificuldade de compreender metáforas, linguagens complexas e não alfabetizados. Para a instituição, eles devem, nas palavras das autoras: “ser estimuladas à socialização, a capacidade de argumentação e a interpretação de conteúdos abstratos. Exigindo que a elaboração das estratégias tenha maiores variações de exposição dos conteúdos” (SPECART; MEDEIROS; AMARAL, 2017, p.2).

Nos três estudos, a importância de se conhecer o público alvo, seus problemas, dificuldades e características é extremamente relevante para o desenvolvimento das atividades musicais.

4.3.2 Conhecimentos sobre/dos professores e formação de professores

Os trabalhos na temática Conhecimentos sobre/dos professores e formação de professores foram desenvolvidas pelos autores: Giesteira (2015a); Schambeck (2016); Júnior e Schambeck (2014); Schambeck (2017); Silva e Almeida (2015); Zaneti e Mendes (2017) e Filho (2017). As pesquisas versam sobre a formação de professores e estão relacionadas com assuntos como: deficiência visual (GIESTEIRA, 2015a; JÚNIOR; SCHAMBECK, 2017); educação inclusiva (SCHAMBECK, 2016; SILVA; ALMEIDA, 2015); formação e atuação de professores de Arte/Música (ZANETI; MENDES, 2017; FILHO, 2017; SCHAMBECK, 2017).

O trabalho com deficiente visual tem merecido muita atenção tanto pela inclusão desses estudantes quanto pela necessidade de formação de professores. No trabalho de Silva e Almeida (2015) a escrita musical em *Braille* (Musicografia *Braille*) se destaca como principal recurso no desenvolvimento musical de deficientes visuais. Elas afirmam que mesmo que o professor não tenha à disposição um equipamento apropriado para produzir materiais em *Braille* mais extensos como, por exemplo, métodos para prática instrumental, conhecer esta linguagem é fundamental, pois permite que o professor crie gradativamente um material didático para o aprendizado do deficiente visual.

Na mesma linha de trabalho, Giesteira (2015a) também destaca a necessidade de ensinar *Braille* na formação de professores. Em seu artigo, o autor relata o estudo realizado com profissionais, *esperto*, sobre as possibilidades de ensino e aprendizagem da linguagem *Braille*.

Quanto à deficiência visual, Júnior e Schambeck (2017, p. 160) apresentam uma investigação sobre os principais recursos, serviços e ações que viabilizaram o acesso, a permanência e a conclusão da trajetória acadêmica de quatro egressos com deficiência visual, no curso superior de música. Esses oriundos da graduação em música de instituições públicas do estado do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 2004 e 2012. Alguns alunos do curso de licenciatura se sentiram motivados por auxiliarem os alunos deficientes nas adaptações de material; no acesso a leituras como leitores; no acompanhamento aos alunos Deficientes Visuais, não só em períodos pontuais ou esporádicas, também em atendimentos mais prioritários antes e depois da aula; na ampliação de partituras em *Braille* e no tratamento diferenciado recebido por uma das alunas cegas na moradia estudantil. A pesquisa nos faz refletir sobre a falta de professores habilitados para dar aula na educação básica para alunos com deficiência visual, desta forma se não tivermos professores de música com domínio em Musicografia Braille, mesmo que de forma básica, possivelmente, não deveremos ter alunos cegos no ensino superior. A formação de professores de música para atuar com a deficiência visual implica, conseqüentemente, na inclusão desses alunos em curso de Licenciatura em Música.

Na temática inclusão, Schambeck (2016) aborda a presença de alunos com deficiência na sala de aula com base na legislação brasileira que trata sobre educação inclusiva. A pesquisadora recomenda a ampliação dessas discussões na formação de professores música e destaca a importância da interação dessa inclusão com a Educação Musical Escolar. Por meio de pesquisas exploratória e com base no depoimento de coordenadores de curso de Licenciatura em Música, Schambeck (2016) aponta aspectos e orientações que devem ser incorporadas aos projetos pedagógicos desses cursos, pois não devemos ignorar a realidade da inclusão desses alunos no contexto da escola básica e, conseqüentemente na própria universidade. Nas palavras da autora: “ignorar a realidade de inclusão desses alunos no contexto da escola básica está em desacordo com as atuais políticas de atendimento a pessoas com deficiência no contexto educacional brasileiro” (STAMBECK, 2016, p.24). A pesquisadora destaca ainda que os cursos de formação de professores ainda estão se apropriando das práticas inclusivas e estas têm demonstrado ser necessárias na medida em que as pessoas com deficiência estão sendo incluídas na Educação Básica.

Especificamente, sobre formação e atuação de professores, Zaneti e Mendes (2017), em recorte de pesquisa, falam sobre a aula de música inclusiva no primeiro ciclo do Ensino Fundamental no município de Indaiatuba-SP. A investigação teve como objetivo investigar a formação do professor de Artes e sua visão sobre a inclusão em sala de aula. As

pesquisadoras utilizaram o *Sorveu* como método de pesquisa e o questionário auto administrativo como técnica investigativa. A pesquisa aponta para a falta de professores de Artes, não qualificados, nas aulas de inclusão com música. Apesar da obrigatoriedade da inclusão para alunos especiais, a capacitação do professor não tem sido feita na graduação, mas na formação continuada.

Pensando na formação inicial, Filho (2017) descreve, em seu artigo, o processo sobre a estruturação e o desenvolvimento da disciplina Educação Musical Especial no âmbito da Licenciatura em Música da Universidade Federal de Campina Grande. O texto aborda a disciplina, sua estruturação, características de funcionamento e potencial transformador na construção de vivências significativas que possam ter suas repercussões nas percepções dos licenciandos.

Por outro lado, Schambeck (2017) levanta questões sobre a atuação do professor de música em formação inicial em contexto inclusivo. Em seu texto, ela busca refletir sobre as práticas pedagógicas de dois licenciados em Música que atuaram com dois alunos, um com paralisia cerebral e o outro com cegos. A autora destaca como elementos formadores o contexto vivido em sala de aula; as adaptações de materiais pedagógico-musicais e os processos de se tornar professor pesquisador com base no seu próprio percurso de formação, ou seja, a partir da imersão no universo da docência com ênfase reflexiva. Conforme diz a autora esse fato tem relevância no estágio supervisionado e é fundamental importância para o professor em formação.

4.3.3 Processos de ensino/aprendizagem

Os trabalhos na temática Processos de ensino/aprendizagem foram desenvolvidos pelos autores Specart, Medeiros e Amaral (2017) e Schambeck (2017). Eles versam sobre processos de ensino/aprendizagem em prática de ensino. O primeiro trata de estágio supervisionado (SPECART; MEDEIROS; AMARAL, 2017) e o segundo de iniciação à docência (SCHAMBECK, 2017)

O trabalho de Specart, Medeiros e Amaral (2017), relatado no primeiro tópico desta seção, item 4.3.1, trata de experiência de estágio supervisionado na APAE com alunos do 7º período de licenciatura em música. Os estudantes descrevem a prática de ensino realizada com a Ciranda em que eles abordam as atividades desenvolvidas e como o fizeram. Destaca-se as adaptações realizadas nos procedimentos de ensino, mudança na forma de segurar a baqueta, por exemplo, para que realmente os alunos aprendessem.

Schambeck (2017) enfatiza questões relativas à atuação do professor de música em formação inicial em contexto inclusivo. Conforme diz a autora, esse fato tem relevância no estágio supervisionado e é de fundamental importância para o professor em formação. O estudo da autora também já foi apresentado anteriormente no item 4.3.1.

4.3.4 Recursos na educação musical especial

Os trabalhos classificados como Recursos na Educação Musical Especial foram desenvolvidos pelos autores: Giesteira (2015) e Ferreira e Silva (2017). Eles discutem recursos didáticos e a musicografia Braille (GIESTEIRA, 2015) e a (FERREIRA; SILVA, 2017)

O estudo de Giesteira (2015a), pesquisa apresentada no tópico 4.3.2; discute a musicografia *Braille* quanto aos procedimentos didáticos de aprendizagem e compreensão dos sinais de nota na partitura em *Braille*, assim como os procedimentos para introdução de sinais de oitava nas primeiras etapas da aprendizagem de leitura e escrita musical. Com o objetivo de contratar os dados obtidos na revisão da literatura, ele optou por aplicar questionários em oito especialistas em musicografia Braille, a fim de verificar a opinião e as estratégias utilizadas pelos participantes. Os dados obtidos confirmam a introdução das duas notas em figuras da oitava nota como meio mais eficaz para compreensão dos sinais da nota. Com relação aos sinais de oitava, os participantes apresentaram diversas estratégias para facilitar a compreensão e aplicação deste procedimento.

No ensino de instrumento musical para pessoas com deficiência, Ferreira e Silva (2017) refletem sobre o conceito de *habitus* conservatorial, na perspectiva de Pereira. Nessa modalidade de ensino, o estudo propõe a busca por quebras de paradigmas no ensino de instrumento musical tradicional para que se desenvolva o ensino de instrumento para pessoas com deficiência.

4.3.5 Processos inclusivos

Os trabalhos na temática Processos inclusivos foram desenvolvidos pelos autores: Schambeck (2016); Costa (2015); Oliveira e Mendes (2015); Silva e Almeida (2015); Oliveira e Reily (2015); Specart, Medeiros e Amaral (2017); Zaneti e Mendes (2017); Melo, Lopardo e Melo (2017); Silva e Rodrigues (2017); Camelo (2017); Nascimento (2017); Bischoff (2017); Afonso, Lins, Silva, e Silva (2017); Filho (2017); Schambeck (2017); Ponso

(2017). Os assuntos tratados nos trabalhos envolvem: formação de professores (SCHAMBECK, 2016;SPECART; MEDEIROS; AMARAL, 2017); salas inclusivas (SILVA; ALMEIDA, 2015; ZANETI; MENDES, 2017; MELO; LEOPARDO; MELO, 2017); deficiência visual ; deficiência auditiva (OLIVEIRA; MENDES, 2015; OLIVEIRA;REILY, 2015; deficiência motora (COSTA, 2015;); autismo (LINS, SILVA, E SILVA, 2017); altas habilidades (DUARTE; FILHO, 2017); deficiência intelectual (PONSO, 2017).

Schambeck (2016) aborda a inclusão de alunos com deficiência na aula de música. Baseado em documentos que deram origem à legislação brasileira, ela trata sobre inclusão, que visa ampliar as discussões sobre a formação de professores e traçar algumas interfaces com a educação musical. Este estudo foi também discutido no item 4.3.2. A pesquisa objetivou identificar outras pesquisas que possam contribuir para a formação inicial do professor que atuará em contexto inclusivo e fomentar a inclusão dessas experiências nos projetos pedagógicos desses cursos.

Inclusão e formação docente no estágio supervisionado de Licenciatura em Música é a discussão no trabalho de Specart, Medeiros e Amaral (2017). A intervenção pedagógica realizada na APAE foi anteriormente apresentado nos itens 4.3.2 e 4.3..... O trabalho destaca a inclusão de alunos com deficiência intelectual, principalmente.

Os processos inclusivos preocupam também Silva e Almeida, (2015) que abordam o crescimento da inclusão de alunos deficientes em classes comuns na escola de educação básica, o que tem levado muitos professores de música a conviver com essa realidade. As autoras desenvolveram um projeto de pesquisa com o objetivo principal de investigar as possibilidades e desafios da prática pedagógica desenvolvidas por professores de música no ensino de crianças com deficiência incluídas em escolas regulares.

A música na sala de aula inclusiva no primeiro ciclo do ensino fundamental é também pesquisada por Zaneti e Mendes (2017). O estudo foi apresentado no tópico 4.3.2, as autoras tiveram como objetivo investigar a formação de professores de Artes sob perspectiva de inclusão em sala de aula. Embora os resultados apresentados sejam parciais, eles possibilitaram uma maior compreensão sobre a forma como conteúdos musicais estão sendo desenvolvidos em sala de aula, tendo em vista que o município não conta com profissionais específicos da área da educação musical.

Na deficiência motora, Costa (2015) destaca a importância da prática da educação musical na musicalização de cadeirantes. Ele utiliza a experiência no projeto Acordes Eficiente para proporcionar reflexões e discussões sobre a metodologia de ensino na

diversidade cultural e social. A pesquisa de Costa (2015), *Contribuição da Educação Musical: na Prática Instrumental e Educação Inclusiva com Cadeirantes*, aborda alguns aspectos como a criação e adaptação de atividades, as dificuldades de aprendizagem, a formação de músicos e as atividades socioculturais e artísticas, direcionada a educação inclusiva musical como meio de oportunidades e direitos. Ele considera a necessidade de uma formação docente específica para o fortalecimento das práticas pedagógicas musicais e políticas públicas em nosso país.

A propósito da pesquisa de Oliveira e Mendes (2015), o processo inclusivo tem como foco o papel da educação musical no processo formativo da criança surda, sobretudo, como instrumento na construção da identidade do surdo e do mundo que o cerca. O objetivo da pesquisa foi entender a relação música e surdez como uma relação possível e não paradoxal. Um grupo de 6 crianças surdas (meninas) com idade entre 8 e 11 anos participaram do estudo. As crianças eram atendidas no Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação *Prof. Dr. Gabriel O. S. Porto* na universidade Estadual de Campinas.

No processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva também Oliveira e Reily (2015) discutem o papel da educação musical no processo formativo da criança surda. Com base na lei 11.769/2008, que determina a música como conteúdo obrigatório na educação básica, alguns questionamentos foram levantados: como lidar com a realidade de um grupo heterogêneo que inclui crianças surdas? Como a música pode ser apropriada por alunos surdos que não são considerados aptos a realizarem atividades como canto, propostas rítmicas, melódicas e de percussão? Na perspectiva das autoras recai sobre o direito ao acesso a bens culturais para alunos com deficiência.

Ainda na deficiência auditiva, Bischoff (2017) aborda questões acerca do ensino de música para alunos surdo, em específico prática de conjunto. O artigo faz parte da experiência do estágio supervisionado II, desenvolvido no Colégio Bilíngue para Surdos de Maringá ANPACIN (associação Norte Paranaense de Áudio Comunicação Infantil): Essas atividades foram desenvolvidas na educação infantil, no ensino fundamental e médio, na modalidade de educação especial. Os resultados mostraram o desenvolvimento musical dos alunos e o potencial que eles possuem para fazer música, e como isso impactou a prática de ensino e vivência musical da estagiária.

Silva e Rodrigues (2017), na temática inclusão de deficientes auditivos, investigaram a contribuição da música para inclusão escolar de estudantes surdos. A pesquisa de natureza bibliográfica e documental foi realizada em Anais da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) no período de 2006 a 2016. Os resultados das pesquisas apontam ações que

envolvem a música como instrumento de inclusão de estudantes surdos, além de ressaltarem a necessidade de o professor selecionar métodos, técnicas e materiais adequados para auxiliar no processo de aprendizagem desses estudantes.

Com a mesma intenção, Camelo (2017) realiza levantamento bibliográfico destinado a construção do Estado do Conhecimento sobre o tema “musicalização de crianças na primeira infância com necessidades educativas especiais”. O autor encontrou 951 trabalhos sobre o tema em diversos bancos de dados. Após análise de cada trabalho, ele percebeu que apenas 09 trabalhos se relacionavam diretamente com o seu tema. A categorização dos dados destacou dois enfoques: ambientes formais (contextos escolares) e ambientes informais (diversos contextos fora da escola) os resultados trazem elementos para se pensar a pesquisa sobre musicalização de crianças com e sem necessidades educativas especiais em diversos contextos, na perspectiva de inclusão.

Melo, Leopardo e Melo (2017) desenvolveram pesquisa interdisciplinar entre as áreas de Educação Musical e de Computação em instituição de ensino superior mediante ações integradas e articuladas com discentes e docentes de dois *campi* da Universidade Federal do Pampa e alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Professor Peri Coronel”, do município de Bagé/RS. Segundo as autoras a intervenção na escola possibilitou a participação de alunos da educação básica na elaboração de desenhos que contribuíram para a organização de materiais didáticos. O trabalho colaborativo entre pesquisa, ensino e extensão esferas ofereceu soluções tecnológicas inclusivas para a comunidade como um todo, transcendendo o espaço universitário.

Quanto a exemplos de práticas para inclusão, o trabalho de Nascimento (2017) relata informações pertinentes a execução de oficina sobre parâmetros do som na escola de aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Essa atividade foi desenvolvidas nas turmas de pré I e II nas aulas de música, com os objetivos de atender a necessidade de inclusão dos alunos com autismo, Síndrome de Down, déficit ocular e hidrocefalia e um aluno sem diagnóstico formal e integrá-los as aulas de música de modo inclusivo para aprendizado tanto da criança com necessidades especiais quanto da criança dita "normal". Ela ainda notou a necessidade da inclusão durante as aulas de música foi observada mediante “exclusão” dos alunos especiais em muitas atividades que necessitavam de ações locomotoras e/ou de elevado nível de concentração.

O relato de estágio supervisionado apresentado por Afonso, Lins, Silva, Ferreira e Silva (2017) apresenta prática musical no espaço de Atendimento Multidisciplinar Autista Amigo Ruy realizado no semestre de 2016/2. Como eles apresentam as atividades foram

desenvolvidas a partir da cartilha musical que aborda sobre a construção de instrumentos de sucatas, as lendas amazônicas e as adaptações de atividades musicais conforme as características dos personagens das lendas. Os autores concluem que a prática de ensino musical para autistas colabora para o desenvolvimento de suas habilidades motoras, cognitivas, sociais e afetivas, integrando-o de forma sensorial, comunicativa e social.

Duarte e Filho (2017) apresentam uma experiência de estágio com alunos com altas habilidades. O tema das aulas foi escolhido com ênfase na apreciação e composição dos alunos. Em seu relato, as autoras relatam como os alunos com altas habilidades se relacionaram com as aulas de música. Ou seja, seus interesses, facilidades e dificuldades relacionados ao fazer musical e aceitação da música contemporânea.

Finalizando, Ponso (2017) em relato de experiência tem como objetivo apresentar um trabalho de inclusão de alunos(as) com deficiência intelectual nas aulas de música do currículo regular, de uma escola da rede pública municipal de ensino da cidade de Porto Alegre. Segundo ela, a escola possui cerca de 1.300 alunos (as) regulares, sendo que destes, 80 alunos (as) são de inclusão, com diferentes diagnósticos, como Autismo, Síndrome de Down, deficiência cognitiva, Asperge, X-frágil. O relato da autora busca apresentar e problematizar questões sobre o trabalho com deficientes fundamentado no contexto das aulas de música, no intuito de contribuir as discussões sobre música e inclusão na escola.

4.3.6 Programas de ensino/projetos

Os trabalhos na temática Programas de ensino/projetos foram desenvolvidos pelos autores: Costa (2015); Soler e Mendes (2015); Paiva (2015). Os subtemas envolvem trabalho com cadeirantes (COSTA, 2015); deficiência intelectual (SOLER; MENDES, 2015) e deficiência visual (PAIVA, 2015).

Costa (2015) aborda a musicalização de cadeirantes no projeto Acordes Eficiente. O autor apresenta reflexões e discussões sobre a metodologia de ensino em relação a pedagogia musical na diversidade cultural e social no processo de ensino aprendizagem de cada um dos participantes do projeto. Ele busca abordar alguns aspectos como a criação, adaptação de atividades, dificuldade de aprendizagem, formação de músicos, atividades socioculturais e artística, direcionada a uma formação docente específica para o fortalecimento das práticas pedagógicas musicais e políticas públicas em nosso país.

O outro projeto é de Soler e Mendes (2015), que traz uma abordagem no ensino de música em ambientes escolares com a inclusão de crianças com diagnóstico de deficiência

intelectual. Como professora de educação musical em escolas regulares e especial na cidade Indaiatuba-SP, as autoras perceberam a falta de recursos e métodos que orientem o professor a concretizar seus objetivos, por isso a necessidade de entender a inclusão dentro da rede municipal de ensino.

E por fim, Paiva (2015) relata experiência docente vivida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no curso de extensão para um deficiente visual “Introdução ao Estudo do Acordeon”. O autor argumenta que é comum aparecer pessoas que já tenha conhecimento prático no acordeon, e que essas pessoas buscam aprimorar suas técnicas e desenvolver seu autodidatismo. A aprendizagem informal ocorre com amigos, parentes e até com acordeonistas famosos. No caso do deficiente visual não foi diferente. O autor relata que no final do curso, o aluno se desenvolveu e conseguia tocar o instrumento com desenvoltura, utilizando todos os dedos de ambas as mãos com precisão e independência.

4.3.7 Métodos de ensino/teorias

Os trabalhos na temática Métodos de ensino/teorias foram desenvolvidos pelos autores: Giesteira, Godall e Zattera (2015); Giesteiro (2015); Melo, Lopardo e Melo (2017). Os subtemas abordam métodos para deficiência visual (GIESTEIRA; GODALL; ZATTERA, 2015; GIESTEIRA, 2015) e inclusão (LOPARDO; MELO, 2017)

A deficiência auditiva é discutida por Giesteira, Godall e Zattera (2015) em artigo sobre musicografia *Braille*. Os autores destacam que a falta de materiais adaptados e de profissionais capacitados para a formação musical de pessoas com deficiência visual associados ao mito de que esta população possui um desempenho musical superior, faz que sua formação musical careça de escrita musical em *Braille*. Assim, os pesquisadores investigaram especialistas de musicografia *Braille* sobre questões relacionadas com: a importância dessa linguagem para a aprendizagem musical; a eficiência ou a ineficiência da transcrição literal de métodos de ensino instrumental nas primeiras etapas da aprendizagem; a leitura do sistema *Braille* como pré-requisito para a aprendizagem da musicografia *Braille*. Os dados enfatizam a importância e os benefícios da leitura e escrita musical em *Braille*, assim como a necessidade de realizar adaptações nos materiais didáticos.

Individualmente, Giesteira (2015) desenvolve estudo com objetivo de apresentar os diferentes formatos de transcrição de uma partitura em *Braille* oficialmente adotados pelo subcomitê para a notação musical em Sistema *Braille*. Para isso ele mostra as principais características dos formatos compasso sobre compasso, seção sobre seção, compasso por

compasso e linha sobre linha. Entre os formatos apresentados, o sistema seção sobre seção e compasso sobre compasso são os formatos mais utilizados entre os transcritores de partituras *Braille*, já que o primeiro se mostra útil para a memorização da partitura e o segundo por proporcionar um paralelismo parcial entre os sistemas.

O projeto interdisciplinar entre Educação Musical e Computação de Lopardo e Melo (2017) objetiva a preparação e divulgação de materiais didáticos para um repertório de ensino e aprendizagem para Educação Musical Inclusiva. Esse artigo demonstra a necessidade de produção de métodos e materiais didáticos para atender a inclusão de alunos com deficiência e altas habilidades.

4.3.8 Instrumentos de avaliação musical

Na temática Instrumentos de avaliação musical encontra-se somente o trabalho de Specart, Medeiros e Amaral(2017).

Os autores relatam experiência de Estágio Supervisionado 7º com o tema *Fazer musical em diferentes contextos*, em que trabalham com a ciranda praieira como prática musical com alunos da APAE. A avaliação envolveu uma aula diagnóstica para conhecer as habilidades dos alunos com deficiência, para depois planejar as intervenções. Desta maneira, os autores puderam desenvolver habilidades musicais em atividades com ritmo, canto e dança de ciranda, na avaliação final, foi observado que no objetivo planejado, houve uma valorização e crescimento da sensibilidade e da liberdade de expressão.

4.3.9 Revisão/resenhas

Os trabalhos na temática Revisão/resenhas foram desenvolvidos pelos autores: Fantini, Zoly e Rose (2016); Pendeza (2017); Prudêncio (2015) e Bezerra (2015) Pendeza e Dallabrida (2016). Os estudos fazem levantamento bibliográfico na Educação Musical Especial como área do conhecimento (FANTINI; ZOLY; ROSE, 2016 e Pendeza e Dallabrida 2016); nos estudos sobre Altas Habilidades e Superdotação (PRUDÊNCIO, 2015);

Fantini, Zoly e Rose (2016), segundo seus estudos, mostram que as publicações no campo da educação musical no país têm dado pouca atenção ao campo da educação especial. Considerando a produção científica como representativa de práticas e estudos nesse campo e, também, como um mecanismo de aproximação entre educadores musicais e informações

práticas e teorias relevantes, elas chegaram à conclusão que é importante conhecer o que se tem produzido para fazer um mapeamento e análise das produções relacionadas à educação musical especial a fim de delimitar estudos e políticas. Para esse propósito, foram investigados periódicos das áreas de música, educação musical e educação especial das últimas três décadas, caracterizando-se como um estudo de levantamento do tipo estado da arte. A busca se deu em revistas da área de educação musical e educação especial, em anais de congressos relacionados às mesmas áreas e em bancos de teses e dissertações. Os resultados mostram que, embora o número de estudos venha crescendo, a área ainda merece aprofundamento quanto às especificidades de cada deficiência. Na observação das autoras o número de estudos em cada temática também possibilitou identificar a escassez de trabalhos que proponham mecanismo de avaliação das habilidades musicais de pessoas com deficiência, bem como, a necessidade de uma maior representatividade de estudos no campo dos recursos necessários à aprendizagem musical e de propostas metodológicas destinadas a essa população.

Da mesma forma que as autoras anterior, Pendeza e Dallabrida (2016) em pesquisa bibliográfica, tiveram como objetivo investigar a relação entre a Educação Musical e o Transtorno do Espectro Autista (TEA) em publicações realizadas nos portais da ABEM, ANPPOM, Capes, Scielo SIMCAM e SIMPOM nos últimos 10 anos. Sua pesquisa bibliográfica resultou no mapeamento de 19 textos referentes à temática estudada, os quais foram analisados por meio da Análise Textual Discursiva. O estudo apresenta: um breve panorama do entendimento das deficiências no Brasil com base na legislação brasileira; o histórico e caracterização do TEA na sociedade e, finalmente, os resultados do mapeamento. As autoras destacam as instituições que têm publicado nos últimos 10 anos sobre a temática, quem são os autores mais citados, quais as metodologias mais utilizadas e quais as áreas de conhecimento têm contribuído com o tema. As publicações mapeadas, sobre as quais se delineou a análise, apontam para que a falta de rigor na construção de metodologias de pesquisa. As autoras argumentam que a díade Educação Musical e TEA ainda necessita de pesquisas e estudos por parte da comunidade acadêmica, para propiciar oportunidades de educação musical aos indivíduos com TEA.

O recorte de pesquisa apresentado por Prudencio (2015) investiga o processo de ensino e aprendizagem de alunos com altas habilidades no contexto da educação musical. Assim, ela apresenta uma revisão bibliográfica sobre o tema música e altas habilidades no contexto da educação musical brasileira. Esta discussão nos leva a refletir sobre a escassez de pesquisas sobre esse tema no âmbito da educação musical brasileira.

Por outro lado, Pendeza (2017) apresenta resenha do livro *Musicoterapia e Autismo* do autor Gustavo Schulz Gattino publicado em 2015. A autora descreve o trabalho de Gattino e argumenta que ele tem se mostrado prolífico no envolvimento da música e o autismo. O livro é resultado de mais de sete anos de pesquisa da carreira do autor na musicoterapia, sendo destinado a profissionais dessa área, mas é também relevante para educadores musicais. A autora destaca ainda que o livro pode informar como a música pode ser benéfica para o desenvolvimento humano e social dos indivíduos autistas. A resenha diferencia Educação Musical e Musicoterapia, segundo Gomes citado por Pendeza (2017, p. 140) ambas têm “na música o seu *métier*, mas apesar de partilharem atividades e conteúdos, seus objetivos diferem entre si, pois a musicoterapia usa a música como recurso terapêutico, enquanto a educação musical visa à aprendizagem de conteúdos musicais para pessoas com ou sem deficiência”. O processamento auditivo-musical no autismo, segundo estudos da neurociência, envolve elementos químicos e biomoleculares que interagem na relação da música com o autismo. Nessa obra, Gattino tem como intuito preencher a falta de publicações de livros em português que abordem o tema música e autismo, ainda escasso, apesar da grande demanda no nosso cenário nacional.

E, por fim, Bezerra (2015) apresenta uma revisão de literatura acerca da temática educação musical de pessoas com deficiência visual. Com isso, foi possível comprovar uma lacuna com relação a publicações de livros específicos na área de Educação Musical Especial que abordam a música e a deficiência visual. Foi também comprovado um aumento no número publicações em artigos, teses e dissertações voltadas para temática. O autor encerra com uma advertência: é preciso que as experiências sejam descritas em pesquisas científicas, objetivando a melhoria educacional do aluno cego, bem como o aperfeiçoamento profissional do professor de música. No estudo *Música e a Cegueira*, Bezerra (2015) apresenta o mundo musical do cego, a adaptação do cego a esse contexto, equívocos no que tange a sua aprendizagem musical e os fatores que contribuem para seu desenvolvimento musical. Segundo o autor, a pessoa com deficiência visual não adquire habilidades musicais apenas devido à perda da visão, mas por meio de estimulação sensorial, para que a partir da falta da visão ela possa desenvolver os sentidos remanescentes como, audição e a percepção tátil, direcionando essas capacidades para o seu desenvolvimento musical.

Enfim, por meio de todo o estudo realizado, neste capítulo gostaria de destacar a temática 5, processos inclusivos, que foi a mais encontrada nos trabalhos. Isso não quer dizer que essa seja a mais importante, mas a que tem tido maior atenção dos pesquisadores. Cabe destacar que um trabalho pôde ser usado em mais de uma temática. Em relação às temáticas

e sua organização, os estudos têm uma abrangência em todas as deficiências, sendo a visual a mais investigada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a mapear e descrever como a Educação Musical Especial vêm sendo apresentada e discutida nos trabalhos da ABEM de 2014 a 2018, especialmente na Revista da ABEM e nos Anais dos Congressos Nacionais de 2015 e 2017. Especificamente, a revisão de literatura objetivou: 1) descrever quais são as temáticas na área de educação musical especial relatadas nos trabalhos investigados e 2) identificar quais são as deficiências na área de educação musical especial relatadas nos trabalhos investigados. Esta pesquisa e análise permitiu conhecer os trabalhos na área da educação especial, bem como fazer uma reflexão sobre as tendências e carências de estudos nessa área.

Para realizar o objetivo proposto foi realizado um levantamento bibliográfico na revista da ABEM, com as palavras chave “Educação Especial e Música” e “Educação Musical Especial”. Nos anais de 2015 e 2017 foram utilizadas as palavras “Educação Musical Especial”, “educação especial” e música, inclusão, inclusivo/a, deficiência, ensino especial. No primeiro levantamento foi encontrado o trabalho da Fantini, Joly e Rose (2016) que se tornou a base para análise dos trabalhos encontrados e modelo para esta monografia. A seguir, apresento minhas considerações finais, respondendo aos objetivos propostos.

Primeiramente, quanto às temáticas abordadas nos trabalhos foram adotadas as mesmas temáticas de Fantini, Joly e Rose (2016) que se mostraram coerentes com a análise realizada: 1. Conhecimento sobre/dos alunos, 2. Conhecimento sobre/dos professores e formação de professores, 3. Processo de ensino/aprendizagem, 4. Recursos na educação musical especial, 5. Processos inclusivos, 6. Programas de ensino/projetos, 7. Métodos de ensino/teorias, 8. Instrumentos de avaliação musical, 9. Revisão/resenhas. A temática com mais trabalhos foi processos inclusivos.

Com relação às deficiências os trabalhos abordam: Deficiência Visual, Deficiência Auditiva, Altas Habilidades, Autismo, Deficiência Motora (cadeirantes), Síndrome de Down e Deficiência Intelectual. A deficiência visual é a mais presente nos estudos, seguida de altas habilidades e deficiência auditiva. A análise quantitativa realizada demonstra que há áreas que precisam de mais estudos como Autismo, Deficiência Motora e Síndrome de Down.

Os trabalhos que tratam de formação de professores, principalmente relatos de experiência de estágio, apontam a necessidade de se ter mais estudo sobre esse tema no ensino superior bem como a grande necessidade de melhor se conceituar o que é Educação Musical Especial.

A partir do levantamento realizado pode-se observar que nas atividades e nos procedimentos pedagógico-musicais relatados a preocupação está em melhor conhecer as deficiências para o desenvolvimento de ações pedagógicas e materiais didáticos. Na área da deficiência visual, muitos trabalhos focam a musicografia *Braille* e a necessidade dessa habilidade ser desenvolvida na formação docente. Outra grande preocupação é com a prática instrumental para os alunos cegos, principalmente no que se refere a psicomotricidade. A prática instrumental individual e coletiva é uma constante nos estudos, destacando o repertório da cultura popular como estímulo para aprendizagem musical.

A partir deste estudo, pode-se dizer que a aula de música contribui para/na formação dos alunos especiais: os trabalhos apontam para a importância da música na interação dos alunos e no domínio da linguagem. A partir da minha experiência nos estágios, relato descrito no prefácio deste trabalho, eu percebo que, realmente, as práticas musicais têm um impacto na socialização dos alunos, na sua inserção no contexto social, no desenvolvimento da escolaridade e, também, uma certa valorização da música na Educação Especial.

Contudo, os trabalhos apontam ainda que há necessidade de publicações que apresentem como trabalhar com essas deficiências: como fazer? Que método seguir? Percebi essa carência e a necessidade de maior contribuição e socialização de trabalhos realizados com sucesso. Na minha prática docente, a dificuldade de atuar com alunos com deficiências é bastante frustrante, me senti impotente como professor na sala de aula, mas a vontade de aprender e ser útil para esse público é maior, o que gerou resultados gratificantes.

Dada a importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de projetos que visem a formação continuada de professores para que eles possam desencadear competências e habilidades a fim de garantir um ensino de melhor qualidade para esse público. Essa educação deve atender às diferentes necessidades dos alunos e, assim, efetivar uma prática pedagógica diferenciada.

Nesse sentido, a utilização de recursos didáticos na escola como o *Braille* e a tecnologia permitem que os professores avaliem e fomentem o processo de ensino e aprendizagem de uma forma mais enriquecedora, motivando o aluno a ter mais vontade de aprender e contribuir para que a aprendizagem seja realmente significativa para esse segmento educacional.

A partir desse trabalho eu apresento como possibilidade de continuidade de pesquisa fazer algumas ou propor algumas práticas musicais, analisar e refletir sobre elas: o que deu certo o que não deu certo; fazer uma compilação de atividades práticas que são desenvolvidas com essas crianças, apresentar os resultados discutindo o que pode melhorar. Considero que

é necessário fazer pesquisas com professores, com pais de alunos para saber o que os alunos aprendem e levam para casa.

Como existe muito trabalho com a temática “Processo Inclusivo”, é urgente fazer mais trabalhos sobre as outras deficiências. Agora que finalizo essa etapa o que eu poderia fazer? Depois deste estudo, eu acho que esta pesquisa me ajudou a melhor conhecer a área de Educação Musical Especial e refletir sobre como realizar novas abordagens pedagógicas que possibilitem resultados mais satisfatórios dos que vivenciei como estagiário. A área ainda é nova e os alunos deficientes apresentam muitas particularidades que precisam ser investigadas. Contudo, os estudos comprovam que a música tem um papel relevante na inclusão desses alunos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Lucyanne de Melo *et al.* A Educação musical no espaço de atendimento multidisciplinar Autista amigo Ruy. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL*, 23., 2017, Manaus. **Anais...** .Manaus: Abem, 2017. p. 1 - 11. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v2/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

BEZERRA, Edibergon Varela. Educação musical das pessoas com deficiência visual:: uma breve revisão de literatura. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL*, 22., 2015, Natal. **Anais...** . Natal: Abem, 2015. p. 1 - 8. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

BISCHOFF, Juliana. Prática de conjunto com surdos:: um relato de experiência. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL*, 23., 2017, Manaus. **Anais...** . Manaus: Abem, 2017. p. 1 - 8. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília , DF: MEC SEESP, 11 set. 2001. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

COSTA, João Paulo Silva da. Construção da educação musical: na prática instrumental e educação inclusiva com cadeirantes. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL*, 22., 2015, Natal. **Anais...** . Natal: ABEM, 2015. p. 1 - 10. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

COSTA, Kleybson Soares; FERREIRA JÚNIOR, Moisés Carneiro. Aula de música para pessoas com deficiência visual: Da teoria à prática, desafios e conquistas.. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL*, 23., 2015, Natal. **Anais...** . Natal: ABEM, 2015. p. 1 - 10. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

COSTA, Kleybson Soares; FERREIRA JÚNIOR, Moisés Carneiro. Aula de música para pessoas com deficiência visual:: Da teoria à prática, desafios e conquistas. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL*, 22., 2015, Natal. **Anais...** . Natal: ABEM, 2015. p. 1 - 10. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

DUARTE, Karine Rayara Peres; FIALHO, Vânia Malagutti. Aula de música para alunos com altas habilidades. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA*

DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. **Anais...** . Manaus: ABEM, 2017. p. 1 - 10. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v2/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

FANTINI, Renata Franco Severo; JOLY, Ilza Zenker Leme; ROSE, Tânia Maria Santana de. Educação Musical Especial: produção brasileira nos últimos 30 anos. **Revista da ABEM**, Londrina, p.36-54, 15 jan. 2016. Anual. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/566/46>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

FERREIRA FILHO, João Valter. A disciplina Educação Musical Especial no currículo da Licenciatura em Música da UFCG: um relato de experiência. *In*: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. **Anais...** . Manaus: ABEM, 2017. p. 1 - 9. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v2/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

FERREIRA, Mayara de Brito; SILVA, Luceni Caetano da. Algumas reflexões sobre *habitus* conservatorial e as adaptações para o ensino de instrumento musical para a pessoa com deficiência. *In*: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. **Anais...** .Manaus: ABEM, 2017. p. 1 - 12. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

GIESTEIRA, Adriano Chaves; GODALL, Pere; ZATTERA, Vilson. La enseñanza de la musicografía Braille: consideraciones sobre la importancia de la escrita musical en Braille y la transcripción de materiales didácticos. **Revista da ABEM**, Londrina, p.138-151, 2015. Anual. ABEM. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/536/444>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

GIESTEIRA, Adriano Chaves. Los diferentes formatos de transcripción de la partitura en Braille. *In*: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 22., 2015, Natal. **Anais...** . Natal: ABEM, 2015. p. 1 - 10. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

GIESTEIRA, Adriano Chaves. Processos de decodificación de la partitura braille: los signos de notas y octava. *In*: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 22., 2015, Natal. **Anais...** .Natal: ABEM, 2015. p. 1 - 14. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação a Pesquisa Bibliográfica**. 2. ed. São Paulo: Unimarco, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2003.

NASCIMENTO, Samara Ellen Oliveira do. Parâmetros do som: aprendendo com inclusão na escola aplicação da UFPA. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL*, 23., 2017, Manaus. **Anais...** . Manaus: ABEM, 2017. p. 1 - 14. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

OGANDO, Márcia Gabriela Correia. A garantia dos direitos de educandos com altas habilidades ou superdotação na Educação Básica: considerações sobre os desafios no contexto de aulas de Música. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL*, 22., 2015, Natal. **Anais...** . Natal: ABEM, 2015. p. 1 - 13. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

OLIVEIRA, Márcia R. N. S.; MENDES, Adriana do N. A.. A inclusão social para crianças surdas através da educação musical. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL*, 22., 2015, Natal. **Anais...** .Natal: ABEM, 2015. p. 1 - 11. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

OLIVEIRA, Márcia R. N. S.; REILY, Lúcia H.. Educação musical para crianças surdas e ouvintes:: uma proposta de inclusão. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL*, 22., 2015, Natal. **Anais...** .Natal: ABEM, 2015. p. 1 - 12. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

PAIVA, Cláudio Nóbrega de. O ensino do acordeon para deficiente visual: superando novos desafios. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL*, 22., 2015, Natal. **Anais...** . Natal: ABEM, 2015. p. 1 - 8. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

PENDEZA, Daniele. Musicoterapia e autismo:: Teoria e prática. **Revista da ABEM**, Londrina, p.139-142, 2016. Anual. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/654/49>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

PENDEZA, Daniele; DALLABRIDA, Iara Cadore. Educação Musical Especial e TEA: um panorama das publicações nacional. **Revista da ABEM**, Londrina, p.98-113, 2016. Anual. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/583/47>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. Fundamentos Teórico-Metodológicos da Pesquisa em Educação: o ensino superior em música como objeto. **Revista da FAEEBE: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p.221-233, dez. 2013.

PONSO, Carolina Cao. Os valores humanos na Educação Musical Escolar: um relato de experiência com alunos(as) de inclusão. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. Anais... .* Manaus: ABEM, 2017. p. 1 - 9. Disponível em: <http://ABEMeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v2/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

PRUDENCIO, Sarah. Música e Altas Habilidades no Processo de Ensino e Aprendizagem Musical: uma Revisão Bibliográfica. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. Anais... .* Manaus: ABEM, 2017. p. 1 - 9. Disponível em: <http://www.ABEMeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v2/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SABINO, Jéssica de Oliveira; AFONSO, Lucyanne de Melo. O ensino de violino e a deficiência visual: a importância da psicomotricidade. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 22., 2015, Natal. Anais... .* Natal: ABEM, 2015. p. 1 - 11. Disponível em: <http://www.ABEMeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SABINO, Jessica de Oliveira; AFONSO, Lucyanne de Melo. O ensino de violino e a deficiência visual: a importância da psicomotricidade. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 22., 2015, Natal. Anais... .* Natal: ABEM, 2015. p. 1 - 11. Disponível em: <http://ABEMeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SCHAMBECK, Regina Finck. Formação no contexto inclusivo: relatos de processos de pesquisa na iniciação à docência em música. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. Anais... .* Natal: ABEM, 2017. p. 1 - 15. Disponível em: <http://www.ABEMeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v2/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SCHAMBECK, Regina Finck. Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula: tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música. **Revista da ABEM**, Londrina, p.23-35, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.ABEMeducacaomusical.com.br/revistas/revistaABEM/index.php/revistaABEM/article/view/598/462>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SILVA, Crislany Viana da; ALMEIDA, Cristiane Maria Galdino de. Uma análise da prática pedagógica de professores de música na perspectiva da Educação Inclusiva. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 22., 2015, Natal. Anais... .* Natal: ABEM, 2015. p. 1 - 8. Disponível em: <http://ABEMeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SILVA, Ewando Muller Barbosa da; RODRIGUES, Jessika Castro. Música como instrumento de inclusão de alunos surdos. *In: CONGRESSO NACIONAL DA*

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. **Anais...** . Manaus: ABEM, 2017. p. 1 - 10. Disponível em: <http://ABEMeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v2/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SOLER, Karen Ildete Stahl; MENDES, Adriana do N. Araújo. Música na sala de aula inclusiva:: estudos, observações e propostas para o Ensino Fundamental de rede Municipal de Indaiatuba-SP. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 22., 2015, Natal. Anais...* . Natal: ABEM, 2015. p. 1 - 11. Disponível em: <http://ABEMeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SPECART, Andreza; MEDEIROS, Cleyton; AMARAL, Maria Luiza Féres do. A contribuição da Cirando praieira na prática de estágio com alunos da APAE. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. Anais...* . Manaus: ABEM, 2017. p. 1 - 8. Disponível em: <http://ABEMeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v1/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

ZANETI, Karen Ildete Sthal Soler; MENDES, Adriana do Nascimento Araújo. A formação de professor de artes diante dos contextos musicais em uma sala inclusiva do ensino funda. *In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. Anais...* . Manaus: ABEM, 2017. p. 1 - 11. Disponível em: <http://ABEMeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v2/index.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.